

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



**TRABALHO VS. FAMÍLIA: O ENVOLVIMENTO PARENTAL NAS DIFERENTES
DIMENSÕES DA DINÂMICA FAMILIAR**

Eva Raquel Machado Jorge

13006

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Aplicada

Especialidade em Clínica

2011

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Dr. António José dos Santos, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673/2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006

Agradecimentos

Ao professor Doutor António José dos Santos, um especial agradecimento, por me ter permitido concluir este Mestrado, por me ter demonstrado que realmente era possível, por me ter feito reflectir e acreditar nas minhas capacidades, pela enorme sensibilidade e compreensão ao longo deste meu trajecto e pela total confiança e disponibilidade revelada até aqui. Obrigada.

À professora Doutora Manuela Veríssimo, por me ter permitido participar neste projecto, por todas as dúvidas e esclarecimentos prestados, pela simpatia e disponibilidade constante.

Aos meus pais, que ao longo destes últimos anos sempre me deixaram ser quem sou, sem exigir nada em troca. Por serem um exemplo de vida. Por serem tudo. Obrigada por não me terem deixado desistir e por me terem conduzido até à pessoa completa e realizada que sou hoje.

À Patrícia Mendonça, por representar um exemplo de força interior e de integridade. Por me ter ajudado em tudo aquilo que precisei, e mais ainda, e por ser a minha grande companheira e confidente de todos os momentos especiais e únicos da minha vida. Por me conhecer verdadeiramente e por ser a pessoa incrível que é.

À Sofia Costa, por ter tornado o meu trajecto no Ispa muito mais sorridente, por ter estado presente em todos os momentos da minha vida desde então, e me ter ajudado em todos eles, sendo igualmente um exemplo de força e de sucesso a seguir. Como não podia deixar de ser, por todos os momentos que claramente ainda estão por vir, e que sei que serão tão, ou mais, significativos que este. A estas duas grandes Amigas, um enorme e especial, Obrigada.

Ao Tiago Conde, por estar ao meu lado nesta nova fase da minha vida, dia após dia, e por ser o principal responsável pela minha evidente felicidade. Pelo apoio, exemplo de profissionalismo e dedicação a tudo aquilo a que se propõe. Mas sobretudo pelo amor e tolerância, com que me surpreende e sei que continuará a surpreender, todos os dias.

Ao Bruno Jorge, Joana Palma, Leonor e Madalena Jorge, por me fazerem sorrir com a vossa presença, sempre, e por fazerem parte da minha família.

Um último e também especial agradecimento à minha tão desejada filha Maria Conde, que concerteza virá a ser um ser humano exemplar e cheio de força, uma vez que mesmo antes de nascer, já mudou tanta coisa e fez tanto, em tão pouco tempo. Veio determinada e na altura certa e é também graças a ela, que esta tese se dá finalmente, por concluída.

Este trabalho faz parte do projecto The impact of father involvement in family dynamics and child development e foi em parte financiado pela F.C.T e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (PIHM/GC/0008/2008)

Resumo

Nos últimos tempos, dadas as mudanças sócio-culturais a teoria relativa à dinâmica familiar, tem vindo a mudar radicalmente. Deste modo, o objectivo subjacente à presente investigação é o de explorar diferentes aspectos da vivência familiar do pai e da mãe, a saber: a ansiedade de separação materna, o regresso da mãe ao trabalho e a influência do mesmo na dinâmica familiar, bem como o envolvimento paterno, nas tarefas familiares e de que maneira é que este influencia ou não a ansiedade de separação materna. A questão de investigação foi operacionalizada num desenho metodológico de cariz exploratório transversal. A amostra por conveniência é constituída por 178 famílias, onde as idades dos pais estão compreendidas entre os 23 e os 62 anos de idade, e as suas habilitações literárias entre os 4 e os 19 anos. Foram aplicadas as escalas de avaliação: “Escala de Ansiedade de Separação Materna” (Hock, McBride & Gneza, 1989), “Conciliar Trabalho e Família”, “Parent Role Quality Scale” (NICHD, 1991, Martins, Martins, Mateus, Osório e Fonseca, 2010) e “Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização” (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008). Concluímos que os pais concordam quer nas recompensas quer nas dificuldades em conciliar trabalho e família, bem como nas experiências parentais; ao mesmo tempo, verificou-se que quanto maior o envolvimento paterno, maiores os benefícios que este sente nas experiências parentais.

Palavras-chave: experiências parentais; envolvimento paterno; ansiedade de separação materna; conciliação trabalho-família

Abstract

In the past time, given the socio-cultural, the theory regarding the familiar dynamic has been through a lot of changes. The main purpose of the following study is to explore different aspects of the family life of both the mother and the father, such as: maternal separation anxiety, the return of the mother to work and the influence that this last one has on the family life, and also the paternal implication, in the familiar tasks, and how this influences the maternal separation anxiety. This was carried out through an exploratory and transversal method. The convenience sample has 178 families, with the parents age ranged from 23 to 62 years old, and their qualifications between 4 and 19 years. There were applied four evaluation instruments: “Escala de Ansiedade de Separação Materna” (Hock, McBride & Gneza, 1989), “Conciliar Trabalho e Família”, “Parent Role Quality Scale” (NICHD, 1991, Martins, Martins, Mateus, Osório e Fonseca, 2010) e “Escala de Envolvimento Parental: Atividades de Cuidados e de Socialização” (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008). We came to the conclusion that the parents agree both in the rewards and the adversities in conciliate work and family, and also in the parental experiences; at the same time, we also observed that the bigger the paternal implication is, the larger are the benefits that the father feels in the parental experiences.

Key words: parental experiences; paternal implication; maternal separation anxiety; work-family conciliation

Índice

Introdução	9
Enquadramento Teórico	10
I. Teoria da Vinculação	10
II. Vinculação, Regulação Emocional e Modelos Operantes Internos	13
III. Teoria da Vinculação e Funcionamento Familiar	16
IV. O Cuidado Parental à luz da Teoria da Vinculação.....	17
V. Transição para a Parentalidade	19
VI. O Regresso ao Trabalho	21
VII. Ansiedade de Separação Materna	23
VIII. Famílias Actuais/ Figuras Parentais Múltiplas	28
IX. As Creches e os Cuidados Alternativos	29
X. Os Sistemas de Caregiving	30
Problemática e Questões em Estudo	32
Metodologia	33
1. Amostra	33
2. Procedimento	33
3. Instrumentos	33
3.1 Escala de Ansiedade de Separação Materna	33
3.2 Conciliar Trabalho e Família	35
3.3 Experiências Parentais	35
3.4 Escala de Envolvimento Parental : Actividades de Cuidados e Socialização	35

Resultados e Análise de Resultados	36
1. Características Métricas das Escalas na Amostra	36
2. Correlações com Medidas Descritivas (Sócio-Demográficas).....	38
Discussão	43
Referências Bibliográficas	52
Índice de Tabelas (Resultados)	
Tabela 1 – Ansiedade de Separação Materna	37
Tabela 2 – Conciliar Trabalho e Família	37
Tabela 3 – Experiências Parentais	38
Tabela 4 – Envolvimento Parental	38
Tabela 5 – Ansiedade de Separação Materna	39
Tabela 6 – Envolvimento Parental	39
Tabela 7 – Conciliar Trabalho e Família	40
Tabela 8 – Experiências Parentais	40
Tabela 9 – Correlação/ Concordância entre o Pai e a Mãe na Conciliação Trabalho e Família	41
Tabela 10 – Correlação entre Pai e Mãe nas Experiências Parentais	42
Tabela 11 – Correlação entre Envolvimento do Pai e a Ansiedade Materna	42
Tabela 12 – Envolvimento do Pai e Conciliar Trabalho e Família	42
Tabela 13 – Correlação entre Envolvimento Paterno e Experiências Parentais	43

Introdução

Ao longo do desenvolvimento humano, passamos por várias fases de transição. Uma fase de transição a que nenhum sujeito segue indiferente é a transição para a parentalidade e como tal, vários estudos têm sido efectuados ao longo das últimas décadas de forma a melhor compreendermos esta fase de transição tão complexa, que afecta pai e mãe a nível individual, bem como toda a dinâmica familiar. Para isso, neste enquadramento teórico abordaremos este tema complexo, expondo a Teoria da Vinculação que tão bem espelha a importância da qualidade da relação estabelecida entre mãe e bebé, nas suas primeiras semanas e meses de vida, não esquecendo no entanto, as mudanças sócio-económicas próprias de um Mundo cada vez mais exigente, e que forcem a uma nova reflexão sobre o papel do pai, bem como de outros prestadores de cuidados, alternativos à mãe.

Sendo que esta mudança se encontra sobretudo ligada ao regresso da mãe ao trabalho, não deixaremos de expôr de forma mais aprofundada este tema, numa tentativa de compreender os factores de decisão que levam cada vez mais mulheres a regressar ao trabalho pouco tempo após o nascimento do seu bebé. Um dos factores que abordaremos será a ansiedade de separação materna, uma vez que tantas vezes surge ligada ao tópico do regresso ao trabalho.

Neste sinuoso caminho sobre as mudanças no seio familiar ao longo das últimas décadas, tentaremos ter em conta, não só a perspectiva da mãe, mas também a do pai, sendo que ambos interagem com a criança de forma significativa e influente, e ainda perceber em que medida a qualidade da relação conjugal pode influenciar esta interacção entre os pais e o seu bebé.

Enquadramento Teórico

Teoria da vinculação

A teoria da Vinculação de John Bowlby (1969/1982, 1973, 1980) trouxe uma inovadora e complexa perspectiva da relação pais-criança, evidenciando a grande influência que esta tem no desenvolvimento da personalidade. Em contraste com alguns modelos psicanalíticos, Bowlby elaborou um trabalho para a compreensão de como as experiências prematuras das crianças com relações próximas modelam as expectativas sobre o self e os outros, levando a estratégias para manter o acesso a uma figura de vinculação. (Kobak *et. al.*, 2006)

Bowlby considera que uma teoria Evolucionista da vinculação, tendo por base uma perspectiva Darwiniana, sugerindo que o sistema de vinculação tem uma vantagem selectiva. Neste caso, a vantagem selectiva seria a proximidade das figuras adultas protectoras uma vez que estas seriam bastante úteis na luta contra os perigos do meio ambiente. Neste sentido, o sistema de vinculação poderá definir-se como aquilo que mantém a proximidade, bem como o sentimento de segurança e tudo o que as favorece.

A noção de figura de vinculação foi sendo progressivamente definida, ultrapassando largamente a figura da mãe. Uma figura de vinculação é uma figura em direcção à qual a criança irá dirigir o seu comportamento de vinculação. Desta forma, é susceptível de se tornar figura de vinculação qualquer pessoa que se envolva numa interacção social viva e duradoura com o bebé e que responda facilmente aos seus sinais e às suas aproximações. No entanto, a criança tem uma tendência inata a vincular-se, em especial a uma figura, o que significa que, num grupo estável de adultos, uma figura irá tornar-se a figura de vinculação privilegiada (Holmes, 1995 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004).

A pedra basilar da teoria da vinculação de Bowlby foi então a noção, trazida pela Etologia, de um “sistema comportamental”. No primeiro volume da sua trilogia acerca da vinculação, Bowlby (1969/1982) propôs uma teoria da personalidade humana e das relações que esboçou a maneira de pensar etológica e evolucionista da época. Assim, o seu modelo de personalidade de controlo de sistemas comportamentais focou-se em quatro sistemas comportamentais principais: vinculação, cuidados parentais, medo e exploração. (Kobak *et. al.*, 2006)

A concepção do autor sobre a vinculação é vista como um sistema de controlo que continuamente procura a disponibilidade de uma figura de vinculação. Deste modo, a activação do sistema de vinculação resulta normalmente em comportamentos que restabelecem contacto com a figura de vinculação ou restauram a confiança na disponibilidade da figura de vinculação, variando mediante a percepção de medo ou desafio. (Kobak *et. al.*, 2006)

A avaliação feita pela criança acerca do perigo, desafio ou ameaça, ou mesmo da disponibilidade da figura de vinculação, muda drasticamente com o desenvolvimento. As separações físicas na infância em ambientes estranhos são vistas como ameaças à disponibilidade do prestador de cuidados. No entanto, em estados de desenvolvimento mais tardios estas separações não são vistas da mesma maneira dado o crescimento representacional, comunicativo e de planeamento da capacidade da criança. Neste sentido, a vinculação pode ser compreendida como uma estratégia de coping biologicamente evoluída para lidar com o medo e o stress. (Kobak *et. al.*, 2006)

Mais tarde, Mary Salter Ainsworth, psicóloga canadiana interessada nos efeitos da separação precoce prolongada da criança à sua mãe, contribuindo de forma imprescindível, tanto a nível experimental como científico, vem desempenhar um papel extremamente importante nestes domínios. Este interesse na separação precoce da díade criança/mãe, leva-a a aprofundar o tema da vinculação, estendendo esta ajuda ao Uganda onde irá proceder a um estudo de grande êxito, sobretudo na área da Psicologia do Desenvolvimento. Através de uma situação padronizada de sete situações de separação e de junção, consegue descrever três tipos principais de reacção à denominada Situação Estranha. Como resultado destas “experiências”, consegue então estabelecer diversas categorias de vinculação daí resultantes, assim como o estilo de maternagem correspondente.

Assim, definiu quatro características que distinguem as relações de vinculação de outras relações sociais: a procura de proximidade; a noção de base de segurança (exploração livre na presença da figura de vinculação); a noção de comportamento de refúgio (retorno à figura vinculativa aquando de uma ameaça) e finalmente, as reacções marcadas perante a separação (involuntária).

O sistema de vinculação propriamente dito estaria então ligado ao conceito de motivação intrínseca: as crianças vincular-se-ão aos pais quer estes cumpram as suas

tarefas quer não, sendo o sistema de vinculação um sistema permanente e estável, que persiste ao longo do desenvolvimento da criança, no seio de um ambiente mais ou menos fixo (Sroufe e Waters, 1977 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004).

No procedimento da “Situação Estranha” de Mary Ainsworth e colegas (1978), a ferramenta central de avaliação utilizada para a análise das diferenças individuais da segurança da vinculação infantil, utiliza diversas pistas (p. ex., um ambiente não familiar, um adulto não familiar e uma separação física) para extrair níveis altos de angústia infantil e a correspondente activação do sistema de vinculação. Com base na sua compreensão da interacção entre a vinculação, exploração e sistemas comportamentais face ao medo, Ainsworth identificou três padrões de vinculação principais: seguro, evitante e ambivalente/resistente. (Kobak *et. al.*, 2006)

A autora identificou estes padrões através da observação de como as crianças dispuseram dos seus prestadores de cuidados para lidar com situações de angústia. Deste modo, as crianças pecepcionadas como *seguras* seriam capazes de recorrer ao seu prestador de cuidados como recurso para lidar com o stress, sinalizando-o instantaneamente, procurando contacto e interacção com o mesmo e obtendo assim conforto através da interacção.

Em contrapartida, num *padrão evitante* de comportamento evidenciam-se sinais menos óbvios de angústia e tentativas de redução da activação do sistema de vinculação através de actividades diversificadas, tais como ignorar o prestador de cuidados ou focar-se em objectos sem interesse (ou ligações óbvias). Como resultado, o prestador de cuidados não é utilizado como um recurso de *coping* para situações de angústia e o sistema de vinculação é desactivado através de estratégias diversificadas. O *padrão resistente* também é marcado por um uso ineficaz do prestador de cuidados para lidar com situações de angústia. Estas crianças apresentam sinais óbvios de angústia e podem procurar contacto com o prestador de cuidados, embora esse contacto não reduza efectivamente a angústia.

Como resultado, estas crianças são caracterizadas por uma activação persistente do sistema de vinculação que simultaneamente reduz ou inibe a actividade exploratória. Tanto as estratégias ambivalentes como as evitantes e resistentes, são marcadas por uma falta de coordenação entre a vinculação, o medo e os sistemas exploratórios.

Com base na teoria de Bowlby, Ainsworth sugeriu então que os padrões de vinculação fossem organizados pelas expectativas ou previsões das crianças da disponibilidade e resposta dos prestadores de cuidados. Estas expectativas criam o contexto no qual cada criança desenvolve a emergência do sentido de self, trazendo mecanismos centrais para lidar com o stress e desafio que as relações extra-familiares vão trazendo ao longo da vida.

Estes aspectos da personalidade são activados em situações de perigo, desafio ou ameaça e fornecem ao indivíduos estratégias para gerir o stress. Situações de stress mais extremas são geralmente associadas a uma activação mais intensa do sistema de vinculação. Neste sentido, a confiança emergente na criança, consoante a disponibilidade da figura de vinculação, é tida como crucial na modelação da regulação do stress em alguns aspectos da personalidade. (Kobak *et. al.*, 2006)

Ainda de referir que, uma das mais importantes noções que resultou desta teoria foi o conceito de *base de segurança*, conceito este que nos remete para a ideia de que uma figura de apoio protectora estará acessível e disponível, independentemente da idade do indivíduo. Este conceito não é independente do conceito referido por Bretherton, que o denomina como *porto seguro*. Neste contexto a criança, através da base de segurança que já construiu, pode então confiar na disponibilidade da figura de vinculação e explorar, de forma segura, o mundo que a rodeia. Será assim uma forma que a criança tem de adquirir um sistema dito exploratório (onde a criança se afasta), ou um sistema de vigilância (que a faz voltar), neste caso, à sua base de segurança. Daqui advêm outros conceitos, não menos importantes, como *emoção*, *esquema de vinculação* e *responsiveness* (capacidade de resposta). Neste trabalho não vamos desenvolver estes construtos de forma mais aprofundada já que o tema do trabalho incide sobre outras questões relacionadas com a parentalidade e a dinâmica familiar.

Vinculação, Regulação Emocional e Modelos operantes internos

No início da década de 80, alguns investigadores começaram a explorar a relação entre as diferenças individuais na vinculação e psicopatologia de pais e crianças, em populações consideradas como severamente perturbadas. Nestes estudos, começou-se a atribuir a devida importância à forma como a organização da vinculação atípica e insegura na idade pré-escolar, infância, adolescência e vida adulta pode criar risco de psicopatologia. (Kobak *et. al.*, 2006)

Ainda que o recém-nascido esteja impossibilitado de construir estruturas simbólicas a partir das interações nas quais participa, não deixa de ser capaz de interiorizar sequências de acontecimentos (graças à memória dita “processual”) podendo assim, adaptar o seu comportamento à luz das experiências passadas (Bowlby, 1969). De forma a designar estes modelos mentais que a criança se vai tornando capaz de elaborar, Bowlby introduz o conceito de modelo operante interno (Internal Working Model). A criança forma então um modelo de si (em que se vê como um ser mais, ou menos merecedor de ser amado) e um modelo do outro (mais relacionado com a sua própria visão dos outros, como estando mais, ou menos atentos às suas necessidades).

Este modelo conceptual, veio a revelar-se de extrema importancia no caminho para perceber a relação entre a vinculação e a psicopatologia, uma vez que coloca os aspectos da personalidade relacionados com a vinculação num quadro teórico muito mais abrangente, incluindo múltiplos níveis de análise, evidenciando a influência contínua do ambiente dos cuidados parentais, numa transacção dinâmica que modela o desenvolvimento do indivíduo, num trajecto que vai da infância até à vida adulta. (Kobak *et. al.*, 2006)

Na sua obra, Bowlby, afirma também que os cuidados parentais são influenciados por factores contextuais, tais como a família alargada, a comunidade e o contexto cultural. No seu ponto de vista, o “trajecto” de cada indivíduo para a psicopatologia é o produto de processos que operam em múltiplos níveis de análise. (Kobak *et. al.*, 2006)

Um estudo organizou assim a análise da ligação entre a vinculação e a psicopatologia em três níveis: 1) organização da vinculação, 2) qualidade dos cuidados, 3) contexto dos cuidados parentais, podendo assim o risco de psicopatologia ocorrer a nível individual, relacional ou contextual. (Kobak *et. al.*, 2006)

Estamos então nos domínios da psicopatologia infantil quando, a partir de 1944, realça as reacções de cólera provocadas pelas separações e relata já o aparecimento de comportamentos hostis nas crianças afastadas dos seus pais. Em 1960, descreve as crianças “pseudofóbicas” como sendo influenciadas pelo clima de insegurança instaurado no seio da família, temendo que algo as venha a separar da sua figura de vinculação. Assim, uma possível recusa em sair de casa ou em separar-se

momentaneamente dos seus pais seria, segundo ele, uma consequência da ansiedade de separação.

Não será então de estranhar que cada vez mais investigações apontem para que a segurança da vinculação seja capaz de predizer a maior ou menor capacidade das crianças em regular as suas emoções, sobretudo no caso de ser uma vinculação segura, em que esta poderá desempenhar um papel de protecção contra a formação de futuras perturbações psicológicas. As crianças seriam então mais facilmente capazes de resolver os problemas que se lhe colocam, desenvolvendo também capacidades representativas mais elaboradas, que as ajudariam a enfrentar as suas dificuldades (Slade, 1987 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004).

Ao permitir uma regulação emocional eficaz, os modelos operantes internos das crianças seguras favorecem-nas no plano das relações interpessoais. As trocas com os que lhes são familiares fornecem-lhes as bases narcísicas para a formação de uma auto-imagem positiva e contribuem para a construção de uma imagem positiva do outro, pelo que as relações com os outros são percebidas como gratificantes. Deste modo, elas reduzem a ocorrência de trocas conflituais susceptíveis de gerar afectos negativos. Assim sendo, mesmo quando surgem trocas deste tipo, a confiança que estas crianças têm em si mesmas, previne-as contra os efeitos nefastos futuros que elas eventualmente poderiam vir a ter.

Por outro lado, crianças inseguras desenvolvem a sensação de não merecerem ser amadas, assim como a ideia de que as relações são fonte de frustrações. Desenvolvem então uma atitude desconfiada e dependente em relação ao outro, aumentando o risco de impedir o estabelecimento de relações satisfatórias. Os seus modelos operantes internos levam-nas, deste modo, a cometer erros de atribuição que, como se sabe, caracterizam perturbações tão diversas como a depressão (Beck, 1967 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004) ou as perturbações do comportamento (Dodge e Frame, 1982 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004).

Rubin e colaboradores (1991, cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004) sugerem a existência de uma ligação por um lado entre a vinculação evitante e as perturbações ditas de “externalização” (por exemplo, a hiperactividade, perturbação do comportamento) e, por outro lado, entre a vinculação ambivalente e as perturbações de internalização (perturbações da ansiedade, depressão).

Uma vez que a criança evitante reprime os sentimentos de rejeição e de frustração que as figuras de vinculação suscitam nela, teria tendência a exprimir a cólera que sente a seu respeito de forma deslocada. Não estando propensa a gerir os seus estados emocionais através de estratégias representativas, teria como único recurso a acção, ou mesmo a passagem ao acto. Pelo contrário, as crianças ambivalentes, aprenderam que para conseguir uma relativa atenção da parte da figura de vinculação precisavam de exagerar as manifestações de aflição e assim detectar tudo o que pudesse ser susceptível de os inquietar ou de os assustar (Main, 1991 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004).

Teoria da vinculação e Funcionamento familiar

O conceito de dinâmica na vinculação na família (Heard, 1982 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004) representa uma dinâmica que evolui com o tempo e com as necessidades de cada um, em particular as das crianças, e que influencia as relações familiares. A noção de *cenários familiares* (Byng-Hall, 1985, 1986, 1988 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004), descreve os diferentes modos de vinculação que são mobilizados nas situações que activam o sistema de vinculação em cada um dos membros. Esta metáfora do cenário descreve o teatro da vida familiar em que o comportamento de cada pessoa influencia o dos outros, sendo que cada um tem nele um papel particular e fundamental.

Sabemos que a criança dispende muito tempo a observar e a interiorizar a forma como os adultos se comportam em determinadas situações (mesmo que às vezes seja de forma inconsciente), construindo representações da personalidade dos membros do seu seio familiar, das suas formas de agir e de pensar. Através desta atitude, voluntária ou involuntariamente, ela vai aprender o que cada um pensa, e consequentemente, reter a ideia de que se pode pensar ou agir de forma diferente numa mesma situação. Desta forma vai aprender a prever as respostas dos pais ou familiares próximos.

Estes ditos “cenários” serão, tendo por base a teoria da vinculação, assumem particular interesse na medida em que são os que permitem resolver, ou não, os conflitos ou os problemas, nas situações que activam os comportamentos de vinculação. Serão assim mais específicas as situações de doença, separação ou, de uma forma mais geral, todas as situações que representem um perigo potencial para esta dinâmica familiar.

Bowlby, ao estudar estes cenários tinha então proposto identificar a dimensão da segurança, da empatia e da reciprocidade entre os pais e a criança. Os pais vão então modelar a capacidade de auto-reflexão do filho, servindo-lhe de modelo, pelo que a falta desta capacidade pode levar os pais a acções como as de conter o filho fisicamente, aquando de uma zanga, sem que nenhuma palavra, e portanto nenhuma representação, surja. Fonagy (1997), mostrou o quanto esta capacidade reflexiva está ligada à qualidade do laço de vinculação. Existe ainda uma relação entre segurança da vinculação, capacidade auto-reflexiva e capacidade de negociar os conflitos na família.

O cuidado parental à luz da teoria da vinculação

Bowlby (1988) considerou o *caregiving* como o conjunto dos comportamentos parentais que compreendem tanto os cuidados físicos como afectivos prestados à criança, numa perspectiva biológica, como o comportamento de vinculação. Assim, existe uma tendência inata para cuidar e proteger as crianças, baseada em mecanismos biológicos que, de certa forma, estariam também ligados à aprendizagem.

O *caregiving* está associado e é regulado pelas emoções: as mães experimentam sensações de prazer e de satisfação quando têm oportunidade de proteger o seu filho, e de cólera, de tristeza e de ansiedade q quando são separados ou não os podem proteger. O sistema de caregiving interage com os outros sistemas comportamentais parentais e pode entrar em competição com eles, como iremos ver mais a frente à luz do tema central desta tese. Os papéis parentais são então definidos biológica e cada vez mais, socialmente.

Como já referimos, Mary Ainsworth refere quatro escalas que permitem avaliar a maneira de ser da mãe com o bebé, fornecendo instrumentos capazes de medir a sensibilidade materna (aos sinais do bebé), a aceitação dos comportamentos e a cooperação/respeito pelos seus ritmos e a sua disponibilidade emocional. Estas dimensões, sobretudo as duas primeiras, podem, sem dúvida, ser relacionadas com a noção de harmonização afectiva desenvolvida por Stern (1995).

A sensibilidade (sensitivity) foi assim definida por Ainsworth (1978) como a capacidade de perceber e interpretar correctamente os sinais emitidos pela criança, assim como de lhe responder rapidamente e de maneira adequada (responsiveness). Ela está ligada às representações do progenitor sobre a vinculação; representações inseguras

na mãe estão associadas a respostas pouco sensíveis e a uma vinculação insegura na criança (van Ijzendoorn, 1995 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004).

Outro teórico importante que direccionou as suas pesquisas para o desenvolvimento infantil foi D.W.Winnicott, pelo desenvolvimento de uma teoria que ressalta a importância da função materna para o desenvolvimento do bebé. No seu artigo “Preocupação Materna Primária”, descreve-nos a importância da função materna nos estádios iniciais da vida do bebé, caracterizando-a como sendo uma condição psicológica muito especial da mãe. Esta “condição especial” tem o seu início no final da gravidez, prolongando-se até às primeiras semanas de vida do bebé, não sendo facilmente recordada pela mãe, chegando até mesmo a ser reprimida. Durante esta transição, a mãe seria uma *mãe suficientemente boa*, cujo objectivo primordial é a sua capacidade de atender a dependência absoluta do bebé bem como as suas necessidades iniciais. O autor refere ainda que a mãe atravessa um período de devoção total ao bebé, tendo como tarefa exclusiva os cuidados relacionados com este, deixando, portanto, de lado todas as outras questões presentes na sua vida (marido, trabalho, vida familiar), tendo como prioridade básica as necessidades desta criança. Porém, quando tal dedicação não acontece, o bebé torna-se incapaz de iniciar a maturação do seu ego, sendo distorcido em alguns aspectos vitalmente importantes. Estas falhas da função materna podem vir a criar uma ansiedade inimaginável, cortando a continuidade existencial, podendo mesmo vir a desenvolver uma fragmentação do ser. Desta forma, a criança cujo padrão é a esta fragmentação derivada de uma má sensibilidade materna, pode estar sujeita a um desenvolvimento sobrecarregado no sentido de uma psicopatologia.

Compreende-se, por isso, que uma *mãe suficientemente boa* não é aquela que atende somente as necessidades fisiológicas do seu bebé, mas sim uma mãe que se encontra de tal forma preparada que se encontra num estado que a deixa sensível às necessidades corporais e afectivas do seu bebé.

Destaca-se ainda a extrema importância da necessidade de criar um ambiente que atenda também as necessidades afectivas da criança, principalmente se nos focarmos na continuidade enquanto base para o desenvolvimento da personalidade, que se inicia mesmo antes do nascimento, propriamente dito, do bebé. Winnicott (1996) refere que “a continuidade em que está implícita a ideia de que nada daquilo que fez

parte da experiência de um indivíduo se perde ou pode jamais vir a perder-se, mesmo que por forças complexas e variadas, viesse a tornar-se (como de facto se torna) inalcançável à consciência”. Neste seguimento é importante destacar o que Lebovici (1996) nomeia como “mandato transgeracional” em que refere que “ as representações materna e paterna, são modeladas a partir das experiências diárias da mãe e do pai, da sua dinâmica como casal e como fundadores da sua família actual, mas também, da dimensão transgeracional. Esta dimensão engloba os conflitos que estão associados às gerações anteriores e que vão, de forma inconsciente, determinar comportamentos e interacções actuais.

Transição para a parentalidade

Embora todas as fases de transição ao longo da vida sejam responsáveis por alterações a nível psicológico e de bem-estar nos indivíduos (Schumacher e Meleis, 1994), parece ser consensual que a transição para a parentalidade, por se apresentar como uma mudança permanente e o grau de sucesso com que é vivenciada, afectar, não só, os próprios pais, como o saudável desenvolvimento dos respectivos filhos, (Mercer, Ferketick e DeJoseph, 1993 cit. por Cristina Martins, 2008) seja considerada uma das mais importantes e complexas ao longo da vida.

Nesta fase de transição, segundo Cowan e Cowan (1992), cit. por Feldman, (2000), existem três sub-sistemas que se afectam e influenciam mutuamente; sistema conjugal, mãe-criança e pai-criança. Actualmente e, dado que o papel das mulheres na sociedade se alterou bastante, esta fase de transição que afecta toda a estrutura familiar, ganha especial ênfase e, apesar do papel parental sofrer alterações concordantes com as diferentes fases de crescimento e desenvolvimento da criança, é importante salientar que os padrões que se estabelecem entre estes três subsistemas no primeiro ano de vida, são de extrema importância (Vagero, 1997, cit. por Cristina Martins, 2008). Existe portanto nesta fase uma necessidade de redefinição e reorganização, não só na divisão de tarefas domésticas, como de projectos de vida individuais. Neste sentido, importa enumerar alguns factores que contribuem para o bom desempenho do papel parental ao longo deste período de adaptação, bem como referir alguns aspectos que influenciam a relação entre estes três subsistemas.

Em relação à vida conjugal, vários estudos referem, após o nascimento da primeira criança, uma redução geral na satisfação marital (Belsky e Kelly, 1994; Cowan

e Cowan, 1987; Hacker e Ruble, 1992, cit. por Glabe, Bean e Vira, 2005). Este dado assume especial importância, uma vez que, como comprova a extensiva revisão de literatura feita por Glabe, Bean e Vira (2005), a qualidade da relação conjugal afecta directamente a sensibilidade parental e o consequente investimento na criança (Comings e O'Reilly, 1997; Lewis, Owen e Cox, 1998).

Quanto às mães, é de salientar que a qualidade da interacção conjugal durante o período de transição para a parentalidade, influencia directamente o estabelecimento de um relacionamento mãe-filho seguro. Outro trabalho que suporta estas conclusões, realizado com crianças de 8 meses, sugere que casais com dinâmicas familiares mais positivas revelam relações de vinculação mais seguras. O mesmo trabalho sugere ainda que existe uma relação positiva entre a vinculação materna e o humor infantil (White et. al., 1999, cit. por Cristina Martins, 2008). Embora haja dados contraditórios, outra característica da criança que parece ter influência neste período de transição para a parentalidade, é o temperamento da criança. Um estudo de Egeren de 2004, sugere a existência de uma correlação positiva entre crianças com um “temperamento fácil” e experiências positivas relatadas pelos pais. Contrariamente, no que diz respeito ao relacionamento conjugal, o temperamento da criança não parece ter uma influência significativa (Moller, Wwang e Wickberg, 2008). Havendo neste campo, resultados contraditórios, seria importante perceber quais serão as variáveis que contribuem para que o temperamento da criança tenha, ou não, uma influência significativa, havendo ainda pouca informação sobre o assunto.

Surpreendentemente, outro factor que parece afectar, a satisfação parental e a noção de auto-eficácia no cuidado infantil é o sexo dos bebés. Embora não sejam claras as razões que explicam esta diferença, tanto às 12 como às 16 semanas, os pais de crianças do sexo masculino apresentam valores mais elevados de satisfação parental comparativamente com os pais de crianças do sexo feminino (Hudson, Elek e Flek, 2001). Corroborando estes dados, também noutro estudo de Elek, Kathy e Makee (2005, cit. por Martins, 2008) com crianças de 12 meses, os pais de crianças do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de satisfação parental e auto-eficácia. Tal facto assume particular relevância, sendo que vários autores sugerem que os níveis de auto-eficácia se correlacionam positivamente com a satisfação parental (Elek, Hudson e Bouffard, 2003).

Outro factor que parece influenciar os níveis de auto-eficácia neste período de transição é a idade da criança (Jones e Heermann, 1992; Rustia e Abbot, 1993; cit. Hudson, Elek e Fleck, 2001). Assim, os níveis de auto-eficácia parecem aumentar significativamente, em ambos os pais, com crianças de 4 meses. Uma das razões apontadas para explicar este facto é o regresso da mãe ao trabalho.

O regresso ao trabalho

Nas últimas décadas assistiu-se a grandes mudanças quanto ao papel desempenhado pela mulher na sociedade. Esta mudança na execução dos papéis tradicionais de género que é esperado, quer pela sociedade em geral e núcleo familiar mais próximo, quer pela própria mulher, mergulha muitas vezes as mulheres, após o nascimento de um bebé, num dilema. Se por um lado sentem a pressão para regressar à carreira profissional e contribuir de forma economicamente activa na vida familiar, por outro lado, deixar o bebé entregue a cuidado de terceiros acarreta sentimentos de medo, ansiedade e dúvidas sobre si mesmas.

Já na década de 70, factores como o apoio do marido (Hawley, 1972), o número de filhos (Beckman, 1979/1972) e a percepção de que as crianças não necessitam de cuidados maternos exclusivos (Gordon & Kammeyer, 1980) eram apontados por Fogarty, Rapoport & Rapoport (1971) como os principais factores de decisão da mãe relativamente ao regresso ao trabalho (cit. por Hock, 1985)

Partilhando da visão de Sorenson (1975), num estudo de Hock, Morgan, & Hock de 1985, os autores defendem que, especialmente em mulheres que são mães pela primeira vez, mais importante que analisar o nível de educação da mãe, o padrão socio-económico ou a sua idade, importa sim, analisar um conjunto complexo de expectativas e crenças que cada mulher tem em relação ao papel de mãe. Este estudo teve assim como objectivo estudar três conjuntos de factores com influencia em relação a decisões relativamente ao trabalho; *variáveis demográficas* como o status socioeconomico, a idade da mãe e o nível de escolaridade, *características maternas* como orientação para a carreira, a atitude em relação à função materna e a *percepção materna em relação às necessidades da criança*. Todos estes factores foram estudados durante o primeiro ano de vida da criança, subdividindo-se a população estudada em 4 grupos de mães. Estes grupos foram formados tendo em conta o plano inicial das mães em relação ao trabalho, bem como o status actual ao longo do primeiro ano. Assim obtemos 4 grupos; mães que

planearam ficar em casa e efectivamente ficaram; mães que pretenderam voltar ao trabalho e efectivamente voltaram; mães que planearam regressar ao trabalho mas que ficaram em casa; mães que planearam ficar em casa mas que regressaram ao trabalho.

Os resultados deste estudo parecem apontar no sentido de que várias variáveis afectam as decisões da mãe relativamente ao trabalho, variáveis essas já existentes antes do nascimento e mesmo antes da gravidez. Assim, mulheres orientadas para a carreira, parecem ter objectivos mais precisos a atingir, passando a sua satisfação pessoal pelo regresso ao trabalho. (Astin, Suniewick, & Dweck, 1971, Gysbers, Johnston, & Gust, 1968, Hoyt & Kennedy, 1958, cit. por Hock et al., 1985). Pelo contrário, mulheres casadas e com uma baixa orientação para a carreira, sentem as suas necessidades satisfeitas através de tarefas relacionadas com a família, trabalho doméstico e prestação de cuidados ao bebé. Ainda assim, como descrito por Hoffman na década de 60, algumas mães tendem a iniciar ou regressar ao trabalho após o nascimento do bebé, aparentemente por as tarefas impostas serem mais compensatórias a nível pessoal do que apenas as tarefas domésticas.

Ainda relativamente a este estudo em particular, convém sublinhar que as mulheres que não trabalhavam antes do nascimento dos seus filhos e que mantiveram esse status após o parto, revelam atitudes mais positivas relativamente ao papel de mãe, manifestando-se essa atitude positiva também relativamente ao trabalho doméstico em detrimento ao trabalho fora de casa. Assim, estas mães investem mais no seu bebé, percebendo os seus bebés como fortemente vinculados a si próprias, manifestando mais sentimentos de ansiedade de separação, acreditando ainda que o seu bebé sofre bastante pela falta da mãe. Consistentemente, mães que trabalhavam antes do nascimento e que mantiveram o seu status após o parto, mantêm também uma atitude positiva em relação ao papel de mãe, valorizando mais, apesar disso, o trabalho fora de casa. Assim sendo, a sua percepção relativamente ao bebé difere das mães descritas anteriormente. Estas mães tendem a perceber o seu bebé como menos vinculados a si próprias, acreditando que o bebé não sofre com a separação materna.

De referir ainda, que já nesta altura, Hock culmina o estudo sugerindo trabalhos posteriores que permitissem compreender melhor as complexas relações entre as crenças da mulher em relação ao papel de mãe, bem como em relação às necessidades dos bebés e experiências de trabalho e de tarefas relacionadas com a maternidade. Como se pode verificar,

assistia-se então a uma mudança de paradigma familiar, tendo por base uma alteração do papel da mulher na sociedade. Esta mudança acompanhou o desejo e necessidade das mulheres de contribuir activamente para a economia do lar, bem como o preenchimento das suas necessidades pessoais de alcançar objectivos a nível da carreira (Shea, Spitz e Zeller, 1970, cit. por Hock et al. 1985).

Neste contexto, é de certa relevância referir a teoria da vinculação de John Bowlby (1969), constituindo uma base para a compreensão tanto da ansiedade materna, como do bebé, na medida em que, segundo este autor, tanto a mãe como a criança procuram a proximidade, experienciando esta proximidade física e interacções de afecto como prazerosas para ambos, e distância e rejeição como desagradáveis e dolorosas (1973).

Ansiedade de Separação Materna

Recentes investigações sugerem que a ansiedade de separação materna poderá ser um importante mediador entre o trabalho materno e o desenvolvimento social da criança (Hock & Demeis, 1990; Stifer, Coulehan & Fish, 1993, cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008).

O facto das mães regressarem ao trabalho tem sido mencionado como factor influente no prejudicial desenvolvimento de uma criança, na medida em que é passível de afectar a sua dinâmica normal de funcionamento psicossocial. Diversos estudos apontam para o facto de que com a crescente autonomia da criança a mãe seja capaz de voltar a rever-se enquanto mulher independente e com fortes interesses profissionais, no entanto algumas destas mães não ultrapassam esta transição da melhor forma, pelo que tendem a impor-se de forma mais intrusiva aos seus filhos. Tal facto sucede sobretudo com mães trabalhadoras que apresentam níveis bastante elevados relacionados com a separação provocada pelo emprego. Ao invés de seguirem os sinais das crianças, o seu ritmo e interesses, certas mães tendem a tentar, de forma exacerbada, compensar as suas ausências derivadas da sua actividade profissional, o que se traduz na maioria dos casos, em relações de vinculação inseguras. Desta forma, tendem a sobrecarregar a criança com afectos, atenção e intensos momentos de interacção, levando a possíveis comportamentos de evitamento da parte das crianças, com o objectivo de preservar o seu equilíbrio (Belsky, 1990 cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008). Esta grande culpabilidade, influencia de facto não só, o seu próprio

bem-estar psicológico, como a própria perspectiva da criança acerca da sua relação primordial. Quando a figura de vinculação deixa de ser perspectivada como base segura, há então uma ruptura entre o habitual equilíbrio entre proximidade e exploração, movimentos que são a base das vinculações bem sedimentadas e harmoniosas. Assim se, por um lado, esta sobre-protecção impede os movimentos de exploração da criança (Lutz & Hock, 1994 cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008), por outro lado, a ausência da ansiedade materna de separação pode provocar nesta uma apatia e um abandono emocional da criança pela mãe, o que poderá impedir a formação de um vínculo afectivo entre ambas (Benedeck, 1970 cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008). No entanto, DeMeis, McBride & Hock, 1986 (cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008), vêm contrariar estas teorias, defendendo que não será o trabalho enquanto factor único e exclusivo que exerce esta influência negativa no seu desenvolvimento, mas sim os sentimentos maternos face ao trabalho, e por sua vez, as suas próprias crenças, acerca dos possíveis efeitos na criança.

Este tema passou a ter particular relevância depois da observação de macacos rhesus na década de 70 por Hinde e McGinnis (cit. por Hock, McBride e Gnezda, 1989). Depressa se passou para a observação em humanos, criando a noção de que na relação mãe-bebé, quando há uma separação, terá necessariamente de haver um reajuste entre as duas partes (Schaffer, 1977). Segundo Bowlby (1973), a ansiedade materna seria uma resposta instintiva que suscita comportamentos na mãe de forma a que esta seja capaz de promover a proximidade e protecção necessária ao seu filho. Desta forma, a ansiedade, que é baseada nas crenças da mãe acerca da separação da criança pelos seus próprios motivos (como por exemplo motivos profissionais), podem pôr em risco estes comportamentos instintivos, tão necessários para o desenvolvimento de uma vinculação segura. De facto, em estudos posteriores, por exemplo, DeMeis et al. (1986), indicam que mães que trabalham evidenciam menor ansiedade associada ao facto de trabalharem sendo estas, no entanto, mais propícias a desenvolverem com os seus filhos relações de vinculação inseguras. Também outro estudo mais recente encontrou relação entre os níveis de ansiedade materna e o tipo de vinculação materna. Num estudo de 1993, Stifter et al. concluíram que as mães que trabalhavam apresentavam níveis mais baixos de ansiedade de separação, relativamente às mães que permaneciam em casa; por outro lado, mães empregadas com uma elevada ansiedade de separação eram mais intrusivas, comparativamente às mães empregadas que obtiveram uma ansiedade de

separação mais reduzida. Mencionaram ainda a existência de uma probabilidade mais elevada de desenvolvimento de uma vinculação insegura/evitante nas crianças cujas mães evidenciaram uma elevada ansiedade de separação.

Neste contexto importa então referir a definição de Hock (1989), que descreve a ansiedade de separação materna como um processo complexo, multidimensional, determinado por múltiplos factores como, por exemplo, a personalidade da mãe (sendo esta, por sua vez, determinada por factores genéticos e culturais, e influenciada por experiências anteriores). Geralmente, pode assumir-se que a ansiedade de separação materna é um estado emocional desagradável, ao qual são associados sentimentos de culpa, tristeza ou preocupação por parte da mãe, tendo, no entanto uma fraca relação com a ansiedade no geral, o que nos indica que esta ansiedade será algo específico da relação mãe-criança.

Embora se saiba que, particularmente nos primeiros seis meses, exista em todas as mães sentimentos de ansiedade materna (Benedeck, 1970), importa então perceber quais são as variáveis que contribuem para esta ansiedade, tentando perceber, e se possível minimizar, os sentimentos negativos que advêm da separação mãe-bebé, sobretudo no período de regresso ao trabalho, imediatamente após a maternidade.

Como já foi referido, os motivos que têm vindo a motivar fortemente as mulheres da actualidade para o regresso precoce ao trabalho, prendem-se sobretudo com motivos económicos e/ou desejos de autonomia e realização pessoal. Desta forma, tem-se verificado em Portugal, que o número de mulheres com trabalho remunerado tem aumentado significativamente nas últimas décadas, em particular, a partir dos anos 70. Com o nascimento do primeiro filho, surgem então os primeiros conflitos entre o papel tradicional de mãe e um papel mais orientado para o exterior e para a carreira (Morgan & Hock, 1984 cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008).

Coloca-se então a questão acerca dos determinantes envolvidos nas questões relacionadas com a ansiedade materna. É de notar que mesmo em mães consideradas como mais liberais e orientadas para a carreira, durante a gravidez, parece existir uma maior saliência do papel de mãe e um decréscimo na orientação para a carreira durante os primeiros meses de maternidade (Hock et al.,1984 cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008).

Noutro estudo levado a cabo por McBride, 1983, cit. por McBride e Belsky, 1988, verificou-se que mães de crianças de 3 e 4 meses de idade, com resultados elevados em termos de ansiedade de separação, manifestaram comportamentos de cariz ansioso e preocupado, após uma curta separação dos seus bebés, verbalizando ainda facto de terem sentido saudades e seguidamente um alívio por estarem com a criança novamente. Após o reencontro com esta, as mães questionavam ainda o cuidador acerca das reacções da criança à sua ausência, pegando na criança de imediato. Berger & Aber, 1986, cit. por McBride e Belsky, 1988), através da aplicação da escala de ansiedade materna de separação (MSAS), demonstram ainda resultados em que as mães com maiores níveis de ansiedade acerca dos efeitos da separação na criança tendiam a dificultar os processos de autonomia das suas crianças (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 meses), aquando dos seus reencontros.

A ansiedade de separação materna está fortemente relacionada com os papéis de mãe, enquanto dona de casa, e uma orientação mais voltada para a profissão e a carreira. Gnezda (1983, cit. por McBride e Belsky, 1988) constata através de um estudo com uma vasta amostra de mulheres que regressaram ao trabalho 3 meses após o nascimento da criança, que as que apresentavam valores mais elevados de ansiedade de separação estariam mais direccionadas para um investimento no papel de mãe, do que propriamente voltadas para assuntos relacionados com o trabalho.

De acordo com os trabalhos de Hock, Gnezda & McBride (1984), verificou-se que as mulheres com maiores níveis de ansiedade tinham níveis de habilitações literárias mais baixos, menores níveis de auto-estima, tendo planeado ficar em casa com os seus filhos, pelo que os percepcionavam como crianças difíceis. Por outro lado, mulheres pertencentes a um nível sócio-económico mais elevado (rendimentos e habilitações literárias mais elevadas) regressam ao trabalho, após a maternidade, por razões como a realização profissional, a orientação para a carreira e o prazer relacionado com a actividade (Pungello e Kurtz-Costes, 1999 cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008). É também de extrema relevância o resultado de um estudo com mães e crianças (12 meses de idade), executado por Hock e Demeis em 1990, onde se concluiu que as mães que permaneceram em casa, embora manifestassem preferência por retomar o seu trabalho, apresentavam uma elevada ansiedade e sintomatologia depressiva.

Apesar de Benedeck (1970) considerar que a existência de alguma ansiedade de separação é comum e normal em todas as mães, particularmente nos primeiros 6 meses de vida, foram também referidos que níveis muito elevados de ansiedade materna podem ser perspectivados como um reflexo de perturbações no funcionamento psicológico da mãe, e poderão contribuir para relações mãe-criança com um carácter disfuncional (Lutz & Hock, 1994 cit. por M.Veríssimo, L.Monteiro, A.J.Santos & C.Oliveira, 2008). Diversos estudos apontam assim para uma elevada ansiedade de separação associada a um estilo de interacção mais intrusivo por parte da mãe (Stifter et al., 1993). Neste mesmo sentido, Benedeck (1970) chama a atenção para o facto de as mães se depararem com a difícil tarefa de lidarem com a sua própria ansiedade de separação tendo, ao mesmo tempo, o dever de promover a devida autonomia da criança. É então um processo bastante complexo uma vez que, quer se revele demasiada ansiedade/preocupação, ou até mesmo nenhuma, ambas as atitudes reflectiriam perturbações tanto ao nível do bem-estar psicológico da mãe, como poderia ainda vir a ter repercussões no desenvolvimento da relação mãe-criança.

Tendo em consideração as teorias previamente mencionadas acerca da importância da relação inicial mãe-criança e o seu directo impacto no futuro desenvolvimento da criança (em termos de aptidões, competências sociais e emocionais), sabemos que esta relação primária terá a capacidade de fomentar, ou não, o desenvolvimento adequado de uma criança em inúmeros campos da sua vida futura. Sabemos ainda, que a já mencionada intrusividade materna dificulta na criança um sentimento de segurança, que lhe é necessário para a construção da sua identidade, bem como para a confiança necessária para uma correcta mobilização de movimentos exploratórios, tão importantes na promoção de competências sociais básicas como o estabelecimento de relações positivas e duradouras com os seus pares.

Assim, Alves (2000, cit. por Veríssimo et. al., 2003) menciona dados resultantes de um estudo que pretendia verificar a qualidade da vinculação, e adaptação de crianças em idade pré-escolar, ao nível da agressão, ansiedade e isolamento. Concluiu que as crianças percebidas pelas mães como inseguras e dependentes foram consideradas, pelas educadoras de infância, como sendo as mais ansiosas e isoladas, isto é, evidenciando comportamentos reveladores de uma baixa competência social; por sua vez, as crianças representadas como sendo seguras e independentes foram descritas como as menos agressivas.

Dados estes resultados não sobra então margem para dúvida de que existe uma associação significativa entre a ansiedade de separação materna e a qualidade de adaptação psicossocial das crianças, nomeadamente em idade pré-escolar.

Famílias actuais / Figuras parentais múltiplas

Desde cedo nos seus escritos, John Bowlby sustentou que a criança desenvolve uma hierarquia de relações de vinculação – em primeiro lugar, e de maneira preferencial, com a mãe ou um substituto materno, e depois com outras figuras parentais, em particular, o pai. Contudo, de forma a melhor compreender o funcionamento da rede de figuras significativas no meio envolvente da criança, é importante considerar todo o conjunto das relações de vinculação da criança, mais do que nos centrarmos apenas na relação com a mãe (Howes, 1999, cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004). Assim, devido às significativas alterações da organização da vida familiar surgidas na nossa sociedade desde os anos 80, pelo envolvimento cada vez maior das mulheres na vida activa, a maior parte das crianças já não são unicamente educadas pela mãe. Ter em conta estes caregivers múltiplos abre novas reflexões e novas perspectivas de investigação, especialmente no que diz respeito à sua influência sobre o desenvolvimento da criança e a organização dos seus modelos operantes internos. Neste seguimento, Howes (1999) propõe então identificar na rede social da criança quais são as figuras de vinculação que têm uma função de caregiver, tendo em conta se se trata de uma pessoa que cuida física e emocionalmente da criança, que está presente de forma significativa e regular na sua vida e, por fim, se é uma pessoa que a investe emocionalmente. Howes distingue ainda duas grandes categorias de figuras de vinculação “alternativas”. De um lado os pais, os avós, as amas e os auxiliares das creches, bem como os professores, do outro lado, as famílias de acolhimento, os pais adoptivos, os funcionários dos infantários e dos lares, assim como os educadores. Nesta segunda categoria, as relações estabelecem-se, na maior parte das vezes, depois de uma primeira relação de vinculação ter sido estabelecida e, depois, perdida, o que acaba por se suceder muitas vezes. É, no entanto, importante referir que as crianças são capazes de estabelecer vínculos novos em momentos diversos do seu desenvolvimento e num contexto diferente daquele em que se construiu o vínculo à mãe. Estas relações de vinculação formam-se seja desde muito cedo, ao mesmo tempo que a relação com a própria mãe, seja posteriormente, após seis ou oito meses.

As creches e os cuidados alternativos

Como já foi amplamente referido, a partir dos anos 70 e 80, cada vez mais mulheres – alguma motivadas por aspirações pessoais e não apenas por dificuldades financeiras – ingressaram na vida profissional, retomando o seu trabalho alguns meses, ou até mesmo algumas semanas, depois do nascimento do seu bebé. Estando as jovens mães particularmente sensíveis aos efeitos da sua ausência no bebé e cada vez mais sujeitas a experimentar sentimentos de culpabilidade, surgiu nos países anglo-saxónicos um debate conflitual sobre a forma mais adequada de criar os filhos, sobre as mães que regressam ao trabalho desde muito cedo e sobre a guarda da criança, durante o dia. Aqui importa referenciar a influência de S. Scarr (cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004), que se apresenta como a maior representante dos movimentos feministas e que defende a actividade profissional das jovens mães, e J.Belsky (cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004), que vem salientar o risco de surgimento de uma vinculação insegura nas crianças separadas muito cedo da mãe para irem para a creche. Neste contexto, muito embora o papel da mãe seja de maior relevância, é importante mencionar a relevância da ausência de ambos os pais que, neste caso específico, adquire o mesmo significado, em termos de “abandono” das crianças em cuidados alternativos.

Scarr (1984, cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004), baseia sobretudo as suas afirmações num certo número de estudos que demonstram os benefícios para o bebé de uma guarda de qualidade para este, durante o dia, e que realçam o facto de, para estas mulheres, o envolvimento na vida profissional constituir um factor de protecção contra a depressão. Muitas destas mães, lembra ela, têm necessidade de trabalhar por razões económicas, ao passo que outras, que ficam em casa todo o dia, podem sentir-se isoladas e deprimidas. Além disso, um modo de guarda de qualidade poderia compensar ou corrigir na criança os efeitos de um ambiente familiar carenciado ou de risco para o seu desenvolvimento (Scarr et al., 1993, cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004).

Em 1978, J.Belsky conclui que um modo de guarda de grande qualidade parece não comprometer nem o vínculo da criança aos pais nem o seu desenvolvimento (Belsky e Steinberg, 1978, cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004)). Contudo, ele refere também o risco de aparecimento de perturbações emocionais nos bebés

confiados desde muito cedo e a tempo inteiro a estruturas colectivas e sem qualidade. Bowlby, por sua vez, defendia que as separações quotidianas constantes da sua mãe, antes dos três anos de idade, não eram desejáveis para a criança, a menos que fosse confiada a uma pessoa “confiável e estável, que se comporte com ela como uma mãe substituta durante vários anos”.

Na sequência disto, críticas extremamente fortes foram também dirigidas a Belsky, que por seu lado continuou a expressar reservas sobre os possíveis efeitos das colocações precoces na creche e de medíocre qualidade (1985,1986). Chamou ainda a atenção para o facto de que confiar um bebé mais de vinte horas por semana e desde o primeiro ano de vida, aumenta o risco de uma vinculação insegura e do surgimento posterior de perturbações de comportamento do tipo agressivo, entre os três e os oito anos de idade. O risco de uma vinculação insegura, acrescenta, implicada por uma colocação precoce e a tempo inteiro é tanto mais provável se existir uma acumulação de factores de risco, como por exemplo, famílias socio-económicamente desfavorecidas, pais stressados e extenuados ao fim de um longo dia de trabalho (não estando assim em condições de tratar bem do seu filho), ou até mesmo, da constante mudança de auxiliares nas creches, que se apresentam instáveis e são mal remuneradas e portanto menos disponíveis e mais impacientes. Porém, num artigo mais recente em que passa em revista os resultados de um inquérito americano realizado em grande escala, este mesmo autor refere também que uma guarda diurna de grande qualidade está associada a um bom desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança nos primeiros três anos (Belsky,2001 cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004). De salientar, resultante também deste estudo que, afinal, os factores familiares são bastante mais preditivos do funcionamento da criança do que os relativos ao modo de guarda (NICHD, Study of Early Child Care,2000).

Os sistemas de caregiving

Cassidy (1999, cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004) lembra que Harlow, desde 1963, tinha posto a hipótese de existir um caregiving paterno e um caregiving materno diferenciados. Foram feitos estudos em animais sobre os comportamentos de protecção, que se revelaram muito diferentes nos pais gorilas relativamente às mães (Suomi, 1994, cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004). Nos humanos constatou-se que, embora os pais sejam perfeitamente capazes de

cuidados sensíveis, como nos primatas, estes mostram-se menos envolvidos com os filhos (comparativamente às mães). Este facto evidencia então que a segurança com o pai parece estar efectivamente mais associada às situações de jogo, brincadeira e de lazer, e às interacções relativas à resolução de problemas. Estes comportamentos paternos podem ser a expressão dos sistemas comportamentais de afiliação e de exploração. Porém, parece claro que os bebés, desde o nascimento, constroem simultaneamente uma relação de vinculação com o pai e com a mãe, ainda que os padrões de interacção social mãe-filho e pai-filho sejam diferentes. Fonagy e colaboradores (1995, cit. por Nicole Guedene e Antoine Guedeney, 2004) puseram contudo em evidência que nas famílias onde a mãe é a principal prestadora de cuidados, as interacções desta com o bebé influenciam as interacções pai-filho, o que desde cedo modifica a relação de vinculação ao pai.

Ainda em relação a diferenças entre homens e mulheres na relação com o bebé, diversos autores, por exemplo Pancer et al (2005), defendem que nesta fase de transição com características únicas, se verifica um aumento na complexidade do pensamento em ambos os sexos, sendo este aumento, em vários domínios, mais significativo nas mulheres. Para compreender de forma o mais completa possível este processo, importa ainda salientar outras diferenças de género. Por exemplo, um estudo de Belsky e Volling de 1991 sugere que, enquanto que, as mulheres que se revelam insatisfeitas com a relação conjugal demonstraram um activo envolvimento com a criança, nos homens, este declínio leva a um desinvestimento no seu envolvimento como pais. A apoiar estes dados, outro estudo mais recente levado a cabo por Lee e Doherty (2007), parece indicar que, quanto mais satisfeito um homem se sente na relação conjugal, mais tempo passa com a criança, interagindo activamente com esta.

No que concerne ao trabalho, um estudo de 1987 de Amstey e Whitbourne (cit. por Feldman, 2000) referia que na transição para a parentalidade, os homens tendem a reforçar a ideia de que são a principal fonte de rendimento. Esta ideia faz com que os homens que revelam um maior envolvimento familiar, experimentem também um maior envolvimento com o emprego. Assim sendo, o número de horas que o pai passa envolvido em tarefas com a criança, nem sempre é um bom indicador do envolvimento paterno nesta fase de transição. Ainda relativamente ao trabalho, um estudo longitudinal mais recente, levado a cabo por Lee e Doherty (2007), sugere que em famílias de duplo salário, o número de horas que a mulher trabalha está directamente associado com o

grau de satisfação marital do pai. Ou seja, quanto mais horas a mulher trabalha, mais o envolvimento do pai se faz sentir a nível quantitativo e qualitativo.

No entanto, outro estudo de 2004 levado a cabo por Egeren que considerou factores relacionados com a divisão de cuidados infantis, encontrou resultados contraditórios, sugerindo que não é o número de horas que a mãe trabalha mas sim as expectativas que ambos os pais tinham em relação à parentalidade, que influenciam a satisfação parental. Assim, no regresso ao trabalho, à medida que a divisão de cuidados com a criança se aproxima das expectativas da mãe, esta mostra-se mais satisfeita com a relação de co-parentalidade.

Problemática e questão em estudo:

Nas últimas décadas, com todas as transformações a nível social e económico que as famílias modernas têm sofrido, assistiu-se a uma mudança de paradigma nos estudos que envolvem mães e os seus bebés. Principalmente depois dos trabalhos de Bowlby (1969) e, mais tarde, de Mary Ainsworth sobre a vinculação materna, o número de estudos nesta área aumentou consideravelmente. Na mesma linha de raciocínio, nas últimas décadas têm surgido estudos sobre a qualidade da vinculação materna ou paterna, ansiedade de separação materna, a qualidade da relação do casal, o regresso da mãe ao trabalho, entre outros. Ainda assim, a grande maioria destes estudos tem em conta o ponto de vista da mãe ou da criança e poucas vezes é focado o ponto de vista do pai.

Este estudo pretende assim contribuir com dados importantes para este tema, analisando a dinâmica familiar após o nascimento de uma criança, tendo em conta ambos os pontos de vista, da mãe e do pai, e em que medida o regresso da mãe ao trabalho altera a dinâmica familiar, focando ainda a ansiedade materna e os factores que para isso contribuem. Como tal pretendemos incluir uma abordagem igualmente focada no envolvimento do pai e na forma como este se sente ao conciliar trabalho e família, bem como em que medida é que a sua participação nas tarefas domésticas pode, ou não, influenciar a ansiedade de separação materna.

Metodologia

Participantes

Neste estudo participaram 178 famílias portuguesas. As mães tinham idades compreendidas entre os 23 e os 48 anos ($M=34.62$, $DP=4.56$) e os pais entre os 23 e os 62 anos ($M=36.73$, $DP=5.00$). As habilitações literárias das mães variavam entre os 4 e os 19 anos de escolaridade ($M=11.70$, $DP=3.54$), e as dos pais entre os 4 e os 19 anos de escolaridade ($M=13.34$, $DP=3.67$). As crianças apresentam idades compreendidas entre os 32 e os 82 meses ($M=54.62$, $DP=12.71$), sendo 55% do sexo feminino e 45% do sexo masculino. As crianças passavam em média 8.0 ($DP=1.71$) horas por dia na escola, frequentando escolas do ensino público e privado do distrito de Lisboa, tendo as famílias sido recrutadas para o estudo através dos mesmos.

Procedimento

Este trabalho faz parte de um projecto mais vasto sobre o envolvimento paterno, financiado pela F.C.T e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (PIHM/GC/0008/2008). Para a realização desta investigação, um conjunto de infantários foi contactado solicitando a participação dos educadores e dos pais das crianças no estudo. Foi transmitido verbalmente aos directores da creche as instruções necessárias para a realização dos questionários, nomeadamente, que o anonimato de todas as respostas e dados recolhidos eram garantidos. Depois da autorização dos respectivos responsáveis escolares, uma cópia dos instrumentos foi dada ao pai e à mãe em envelopes separados. Os questionários foram recolhidos e os dados inseridos de uma forma quantitativa, através de análise estatística realizada com a ajuda do programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

Instrumentos

Escala de Ansiedade de Separação Materna

A Escala de Ansiedade de Separação Materna (Hock, McBride & Gneza, 1989), é um questionário auto-administrado, constituído por 35 itens, e destina-se a medir a ansiedade de separação materna de acordo com uma escala Likert (desde o discordo totalmente (1) ao concordo totalmente (5)).

Os autores identificaram cinco áreas temáticas, que serviram de base para a elaboração dos itens da escala: (1) expressão de sentimentos acerca da separação (e.g.,

tristeza, preocupação ou culpa); (2) desejo de proximidade física; (3) atitudes acerca do valor e da importância da exclusividade dos cuidados maternos; (4) crenças acerca das capacidades das crianças em se adaptarem e beneficiarem dos cuidados não maternos; (5) preocupações acerca das separações causadas pelo emprego materno. Os 35 itens, que constituem a escala, formam três subescalas:

1. Ansiedade Materna de Separação
2. Percepção dos Efeitos da Separação na Criança;
3. Preocupações Acerca da Separação Provocada pelo Emprego.

1. Ansiedade Materna de Separação

Esta subescala é composta por 21 itens que reflectem aspectos da ansiedade materna e sentimentos de culpa resultantes de, ou, em antecipação a ter de deixar a criança. Permite aceder ao nível de conforto relacionado com a proximidade física e emocional com a criança, assim como, ao nível de preocupação com a segurança física e o bem-estar emocional da mesma, nomeadamente, crenças acerca da importância da exclusividade dos cuidados maternos ou preocupações acerca da capacidade das mães para se adaptarem aos cuidados não-maternos.

Por exemplo: “Quando estou longe do meu filho, sinto-me sozinha e tenho muitas saudades dele”; “Gosto de ter o meu filho perto de mim a maior parte do tempo”. Uma mãe com uma cotação baixa, nesta subescala, indica que se preocupa pouco em passar tempo afastada do seu filho e que vivência pouca tristeza ou preocupação.

2. Percepção dos Efeitos da Separação na Criança

Esta sub-escala possui 7 itens relativos às atitudes e reacções das mães à separação e aos possíveis efeitos positivos da separação nas crianças. Esta dimensão relaciona-se com crenças da mãe sobre a contribuição que os cuidados não maternos poderão ter no desenvolvimento social da criança, ajudando-a a desenvolver competências sociais e autonomia e a tornar-se consciente da existência e a aceitar diferentes valores e pontos de vista. Por exemplo: “O contacto com pessoas diferentes é benéfico para o meu filho”; “Existem momentos na vida em que as crianças precisam de estar com outras pessoas que não as suas mães”.

Mães que apresentam valores baixos nesta subescala, acreditam que as crianças ficam bem após a sua partida, se adaptam facilmente a ambientes onde elas não estão presentes, e que beneficiam socialmente destas separações.

3. Preocupações acerca da Separação Provocada pelo Emprego

Esta subescala é composta por 7 itens que avaliam as preocupações maternas acerca das separações mãe/criança provocadas pelo emprego, ou seja, tenta avaliar a forma como a mãe equilibra o papel maternal e profissional, exterior ao lar.

Procura conhecer de que modo a mãe atribui importância e o seu interesse por uma carreira, profissão ou ocupação, e pelo seu papel de mãe. Por exemplo: “Desistiria do meu emprego se tivesse que ficar longe do meu filho”; “Não me arrependeria de adiar a minha carreira para poder ficar em casa com o meu filho”. Valores elevados serão indicadores de que as mães consideram estas separações stressantes.

Conciliar Trabalho e Família

O instrumento Conciliar Trabalho e Família (Martins, Martins, Mateus, Osório e Fonseca, 2010) é um questionário de auto-administração composto por 21 itens avaliados numa escala de Likert de 4 pontos (1 – “Nada verdadeira” a 4 - “Muito Verdadeira” ou 1 – “Nunca” a 4 – “Frequentemente”). Avalia os constrangimentos, os benefícios e o stress associados à conciliação dos papéis profissional e parental, ou seja, as consequências positivas e negativas de conciliar trabalho e família. É constituído por duas subescalas: Benefícios (8 itens) e Costrangimentos (13 itens)

Experiências Parentais

O Parent Role Quality Scale (NICHD, 1991, Martins, Martins, Mateus, Osório e Fonseca, 2010) é um questionário de auto-relato com 20 itens avaliados numa escala de *Likert* de 4 pontos (1 - “Não é de todo uma preocupação” ou “Nada” a 4 - “Preocupação Extrema” ou “Extremamente”). Avalia as preocupações, recompensas e stress associados à parentalidade.

Constituído por duas subescalas –Recompensas (10 itens) e Preocupações (10 itens) e um score global –Stress Parental.

Escala do Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização

A “Escala do Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização” (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008) é uma reformulação do questionário de Monteiro et al. (2008) e de Crouter et al. (1987), na qual se procurou avaliar a forma como mães e pais dividem as tarefas de responsabilidade parental, ou seja, a forma

como mães e pais dividem as actividades diárias dos seus filhos, um em relação ao outro. Estas incluem tanto as actividades de cuidados — remetem para os cuidados prestados às crianças —, como as de socialização — relacionadas com a organização e participação nos momentos de lazer e brincadeira. Os 26 itens do questionário remetem para 5 dimensões, tendo em conta dois tipos de actividades:

- De Cuidados:
 - o Cuidados directos: 1, 5, 13, 19, 21
 - o Cuidados indirectos: 2, 6, 10, 14, 15, 20, 26
 - o
- De Socialização:
 - o Ensino/ disciplina: 3, 7, 8, 16, 22
 - o Brincadeira: 9, 11, 17, 23, 25
 - o Actividades de lazer no exterior: 4, 12, 18, 24

Resultados e Análise de Resultados

Características Métricas das Escalas na Amostra

No presente estudo, achou-se pertinente analisar a consistência interna das escalas utilizadas, tendo em conta as suas propriedades métricas, no que concerne à validade e fidelidade do constructo. Para tal, foi feita uma análise através dos valores Alpha de Cronbach, que quando se apresentam abaixo dos 0,6 já são considerados pouco fiáveis.

Assim, para a *escala de ansiedade de separação materna* (Tabela 1) os valores mais elevados encontrados foram na dimensão Ansiedade Materna de Separação enquanto os mais baixos foram na Percepção dos Efeitos da Separação na Criança. Uma análise de variância em função do género da criança não identificou diferenças significativas entre género feminino e masculino ao nível da ansiedade de separação materna.

Os resultados dos Alfas de Cronbach para todas as dimensões apresentadas indicam níveis aceitáveis de fiabilidade das subescalas apresentadas.

Ansiedade de Separação Materna

Tabela 1

	Média	DP	Alfa
Ansiedade Materna de Separação;	3,47	,54	0.89
Percepção dos Efeitos da Separação na Criança;	1,95	,46	0.67
Preocupações Acerca da Separação Provocada pelo Emprego.	3,15	,67	0.69

Para a escala *Conciliar Trabalho e Família* (Tabela 2), os valores mais baixos encontrados foram os da dimensão Benefícios Mãe, enquanto os mais baixos foram os Constrangimentos Pai.

Os resultados dos Alfas de Cronbach para todas as dimensões apresentadas indicam níveis aceitáveis de fiabilidade das subescalas apresentadas. Uma análise de variância em função do género da criança não identificou diferenças significativas entre género feminino e masculino ao nível do *Conciliar Trabalho e Família*.

Conciliar Trabalho e Família

Tabela 2

	Média	DP	Alfa
Benefícios Mãe	2,80	,49	0.86
Constrangimentos Mãe	1,89	,62	0.88
Benefícios Pai	2,86	,49	0.87
Constrangimentos Pai	1,83	,61	0.88

Para a escala *Experiências Parentais* (Tabela 3), os valores mais elevados encontrados foram na dimensão Recompensas Mãe, enquanto os valores mais baixos encontrados foram, simultaneamente e com o mesmo valor, nas dimensões Preocupações Mãe e Preocupações Pai. Uma análise de variância em função do género da criança não identificou diferenças significativas entre género feminino e masculino ao nível das experiências parentais. Os resultados dos Alfas de Cronbach para todas as dimensões apresentadas indicam níveis aceitáveis de fiabilidade das subescalas apresentadas.

Experiências Parentais

Tabela 3

	Média	DP	Alfa
Recompensas Mãe	3,82	0,24	0.76
Preocupações mãe	2,23	0,47	0.81
Recompensas pai	3,78	0.32	0.74
Preocupações pai	2.23	0,45	0.89

Para a escala *Envolvimento Parental: Actividades de Cuidado e de Socialização* (Tabela 4), a dimensão mais elevada encontrada foi a dimensão Brincadeira, enquanto que a dimensão mais baixa encontrada foi a dimensão relativa aos cuidados indirectos. Uma análise de variância em função do género da criança não identificou diferenças significativas entre género feminino e masculino, ao nível do envolvimento paterno. Os resultados dos Alfas de Cronbach para todas as dimensões apresentadas indicam níveis aceitáveis de fiabilidade das subescalas apresentadas.

Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização

Tabela 4

	Média	DP	Alfa
Cuidados directos	2,42	,58	.77
Cuidados indirectos	2,37	,48	.77
Ensino/ disciplina	2,90	,40	.69
Brincadeira	3,06	,43	.63
Actividades de lazer no exterior	2,83	,49	.78

Correlações com medidas descritivas (Sócio-demográficas)

Como se pode verificar na tabela 5 (Ansiedade de Separação Materna) não se verificaram associações significativas com as dimensões idade da mãe, idade do pai, habilitações literárias da mãe e habilitações literárias do pai e as subescalas da escala de ansiedade de separação materna (ansiedade materna de separação, percepção dos efeitos da separação na criança, preocupações acerca da separação provocada pelo emprego).

Tabela 5 - Ansiedade de Separação Materna

	IDM	IDP	HLM	HLP
Ansiedade Materna de Separação	,02	,02	,05	-,04
Percepção dos Efeitos da Separação na Criança	,09	-,10	-,05	-,06
Preocupações Acerca da Separação Provocada pelo Emprego	,07	-,01	,00	,00

Na tabela 6 (Envolvimento Parental: Actividades de Cuidado e de Socialização), os resultados apontam para uma correlação significativa entre o envolvimento nos cuidados directos e as habilitações literárias da mãe ($r=0,22$, $p<0,05$) o que indica que quanto maiores são as habilitações literárias da mãe, mais o pai partilha nas tarefas relacionadas com os cuidados directos da criança.

Relativamente aos cuidados indirectos, encontramos também uma associação entre estes e a idade e habilitações literárias da mãe ($r=0,22$, $p<0,01$), sendo a idade ligeiramente menos relevante. Quanto ensino/disciplina, através do valor significativo $r=0,23$ ($p<0,01$), encontramos também uma associação entre este e as habilitações literárias da mãe. Ainda relativamente aos cuidados indirectos e ao ensino/disciplina, existe um ligeira tendência associativa entre estes e as habilitações literárias do pai ($r=0,19$ e $r=0,16$), não podendo, no entanto, serem consideradas como correlações significativas. No que diz respeito às actividades de lazer no exterior, os resultados revelam existir associações significativas quer com as habilitações literárias da mãe ($r=0,21$, $p>0,01$), como com as habilitações literárias do pai ($r=0,19$, $p<0,05$). De uma forma geral, poderá afirmar-se que quanto maiores as habilitações literárias da mãe, mais o pai se revela participativo/envolvido que nos cuidados indirectos, quer na disciplina, quer nas actividades de lazer no exterior.

Tabela 6 – Envolvimento Parental: Actividades de cuidados e de socialização

	IDM	IDP	HLM	HLP
Cuidados directos	,10	,05	,22**	,10
Cuidados indirectos	,17*	,13	,22**	,19*
Ensino/ disciplina	-,06	-,12	,23**	,16*
Brincadeira	-,01	-,05	,07	-,05

Actividades de lazer no exterior	,12	,02	,21**	,19*
----------------------------------	-----	-----	-------	------

No que concerne à tabela 7 (Conciliar Trabalho e Família), relativamente à conciliação trabalho-família, apenas foram encontrados resultados significativos entre as habilitações literárias da mãe (e a idade, embora não tão relevante) e os constrangimentos por ela referidos ($r=0,22, p<0,01$). Isto poderá significar que quanto mais habilitações a mãe tem, provavelmente mais ambições profissionais lhe estarão associados, logo mais esta se sente culpada por não ser capaz de conciliar de forma prazerosa o seu trabalho/carreira e a vida familiar.

Tabela 7 – Conciliar Trabalho e Família

	IDM	IDP	HLM	HLP
Constrangimentos Mãe	,17	,09	,22	,12
Benefícios Mãe	-,00	,05	-,02	,07
Constrangimentos Pai	-,04	-,04	,11	,02
Benefícios Pai	,06	,04	,12	,07

Quanto à tabela 8 (Experiências Parentais), apenas se encontraram valores ou associações significativas relativamente à idade do pai com a preocupação materna. Assim, dada a correlação $r=0,19, p<0,05$ assume-se uma associação em que se pode afirmar que quanto maior a idade do pai, maior a preocupação materna, e uma correlação negativa em que quanto maior a idade do mesmo, menores as recompensas ($r=-0,15, p<0,05$) de uma perspectiva materna.

Tabela 8 – Experiências Parentais

	IDM	IDP	HLM	HLP
Preocupação Mãe	,13	,19	,07	-,01
Recompensa Mãe	-,15	-,15	,04	,01
Preocupação Pai	-,01	-,03	-,02	-,09
Recompensa Pai	-,05	-,12	-,01	-,03

No que diz respeito à tabela 9 (Correlação/Concordância entre o Pai e a Mãe na Conciliação Trabalho/Família), através da correlação significativa $r=0,35, p<0,01$, podemos deduzir que quanto maiores os constrangimentos para o pai, que advêm da

conciliação trabalho-família, maiores os constrangimentos para a mãe, pelo que os dois vivenciam estas dificuldades de igual modo. Na mesma direção, com a tendência assumida pela correlação negativa de $r=-0,15, p<0,05$ verifica-se que quanto maiores são os constrangimentos percebidos pelo pai, menos a mãe percebe os benefícios desta difícil conciliação.

Tabela 9 – Correlação/concordância entre o Pai e a Mãe na Conciliação Trabalho/Família

	Constrangimentos Pai	Benefícios Pai
Constrangimentos Mãe	,35	-,21
Benefícios Mãe	-,15	,07

Pelos resultados obtidos na tabela 10 (Correlação entre o Pai e a Mãe nas Experiências Parentais), e de acordo com estes valores significativos, verificamos que no que concerne às preocupações ($r=0,37, p<0,01$) e recompensas ($r=0,33, p<0,01$) percebidos por pai e mãe, ambos estão de acordo. Isto significa então que quanto mais o pai evidencia preocupações a este nível (as suas vivências parentais), a mãe também as sente de igual modo, bem como as recompensas.

Tabela 10 – Correlação entre o Pai e a Mãe nas Experiências parentais

	Preocupação Pai	Recompensa Pai
Preocupação Mãe	,37	,07
Recompensa Mãe	,04	,33

No que diz respeito à tabela 11 (Correlação entre o envolvimento do Pai e a Ansiedade Materna), não se verificaram quaisquer associações entre a ansiedade materna e o envolvimento do pai, pelo que a ausência de relação nos remete para outras questões que poderão futuramente vir a ser aprofundadas e que assumem especial interesse, neste contexto.

Tabela 11 - Correlação entre o Envolvimento do Pai e a Ansiedade Materna

	AnsMatSep	PercMatEfeiSep	PreocMatEfeiSepTrab
Cuidados directos	,03	-,02	,017
Cuidados indirectos	,06	-,07	,05
Ensino/ disciplina	,02	,12	,01
Brincadeira	-,02	,11	,07
Actividades de lazer no exterior	,14	,07	,14

Na tabela 12 (Envolvimento do Pai e Conciliar Trabalho e Família), nomeadamente no que respeita à participação do pai e à tarefa de conciliar trabalho e família, apenas encontrámos uma correlação negativa ($r=-0,22, p<0,05$), no que concerne à área do ensino ou disciplina. Assim, é possível analisar este resultado de duas formas similares, isto é, quanto menores os constrangimentos percebidos pelo pai nesta conciliação, maior será a sua participação no ensino/disciplina, ou, quanto menos participativo o pai se revela nesta área, maiores constrangimentos sente em combinar estas duas áreas, a profissional e a familiar. Nas restantes vertentes não se verificaram resultados significativos.

Tabela 12 – Envolvimento do Pai e Conciliar Trabalho e Família

	Benefícios Mãe	Constrangimentos Mãe	Constrangimentos Pai	Benefícios Pai
Cuidados directos	,04	,04	-,10	,09
Cuidados indirectos	-,06	-,03	-,10	,11
Ensino/ disciplina	,11	-,04	-,22	,13
Brincadeira	-,09	,04	-,03	,08
Actividades de lazer no exterior	-,04	-,03	-,13	,14

Na tabela 13 (escala relativa ao Envolvimento Paterno e as Experiências Parentais), no que concerne à participação do pai, verificamos que os resultados indicam que um pai que participa menos no ensino/disciplina ($r=-0,15, p<0,05$), sentir-se-á mais preocupado no que respeita às suas experiências parentais. Por outro lado, quanto maior

for a sua participação no ensino e disciplina, maiores serão as suas recompensas ($r=0,24, p<0,01$). Existem também associações significativas quanto à subescala da brincadeira ($r=0,23, p<0,01$), sendo que o pai é percebido como mais recompensado, quanto maior for a sua participação nas brincadeiras e actividades de lazer com a criança. Há ainda uma tendência ($r=0,17, p<0,05$), no que diz respeito também ao item da brincadeira, associada às recompensas maternas.

Tabela 13 – Correlação entre o Envolvimento Paterno e as Experiências Parentais

	Preocupação Mãe	Recompensa Mãe	Preocupação Pai	Recompensa Pai
Cuidados directos	,00	,07	-,14	,091
Cuidados indirectos	,05	-,02	-,11	,14
Ensino/ disciplina	,00	,11	-,15	,24
Brincadeira	,01	,17	-,08	,23
Actividades de lazer no exterior	,01	,04	-,08	,13

Discussão

Neste estudo, que pretende ser um contributo para o complexo tema da parentalidade, abordámos várias questões tendo em conta diferentes aspectos como os vários factores que podem ter influência nos níveis de *ansiedade de separação materna*, no *envolvimento parental*, e na *conciliação trabalho-família*, tendo ainda em conta as *experiências parentais*. Para cada um destes construtos, tentou perceber-se se a idade e/ou nível de habilitações literárias de ambos os pais, tinha influência, bem como, averiguar os níveis de concordância dos casais relativamente à *conciliação trabalho-família* e às *experiências parentais*.

Como resultado mais saliente deste estudo, é de salientar que em todas estas escalas, pais e mães têm níveis de concordância muito elevados. Assim, em relação à concordância entre pai e mãe na conciliação trabalho/família, verifica-se que quanto maiores os constrangimentos para o pai, que advêm desta difícil mas contornável conciliação, maiores os constrangimentos (dificuldades) para a mãe, pelo que os dois

vivenciam estas dificuldades de igual modo. Verifica-se também que quanto maiores são os constrangimentos percebidos pelo pai, menos a mãe percebe os benefícios desta difícil conciliação.

Já em relação às experiências parentais, verificou-se que ambos percebem as preocupações e recompensas de igual forma.

Averiguou-se também a correlação entre o envolvimento paterno e as experiências parentais e em relação à participação do pai, verificamos que um pai que participa menos no ensino/disciplina, sentir-se-á mais preocupado no que respeita às suas experiências parentais. Por outro lado, quanto maior for a sua participação no ensino e disciplina, maiores serão as suas recompensas. De referir ainda que o pai é percebido como mais recompensado, quanto maior for a sua participação nas brincadeiras e actividades de lazer com a criança, havendo ainda uma tendência no que diz respeito também ao item relativo à brincadeira, associada às recompensas maternas. Este dado é importante e poderá ser utilizado por nós, enquanto psicólogos, chamando à atenção para o tempo que os pais dedicam a actividades de lazer e brincadeira com os seus filhos, incentivando-os a passar mais tempo em tarefas relacionadas desta natureza, já que isso faz com que se sintam mais recompensados a nível individual, investindo mais na relação com os filhos, principalmente nos primeiros meses e anos de vida do bebé.

Já no que diz respeito ao envolvimento do pai e à forma como consegue conciliar trabalho e família, verifica-se que, quanto maior for o envolvimento do pai, menores serão as dificuldades em conciliar a vida profissional e familiar. Inversamente, se o pai tiver dificuldades em conciliar estas duas áreas da sua vida, menos envolvido estará com a criança.

Passemos agora a analisar o factor idade e habilitações literárias de ambos os pais e a maneira como estes afectam o envolvimento parental, a conciliação trabalho-família e as experiências parentais.

Relativamente à *Ansiedade de Separação Materna* verificou-se que tanto a idade, como as habilitações literárias, de ambos os elementos do casal, não parecem ter influência nos níveis de ansiedade materna. Contrariamente, num estudo de Hock, Gnezda & McBride, (1984) que os níveis de auto-estima também foram tidos em conta, verificou-se que, associados a níveis baixos de auto-estima, mulheres com níveis

de habilitações literárias mais baixas, obtinham também scores mais altos na escala de ansiedade materna.

Ainda de acordo com outros estudos, parece que em relação à ansiedade de separação materna, outros factores terão então mais influência do que a idade ou as habilitações literárias (tanto da mãe como do pai), como por exemplo, o regresso da própria mãe ao trabalho. De referir alguns estudos que concluem que mães que trabalham são menos ansiosas, ainda que seja mais propício que desenvolvam relações de vinculação inseguras com os seus bebés (DeMeis et al., 1986). Também Stifer et al., (1993) referiram resultados semelhantes. Mães que trabalham apresentam níveis de ansiedade mais baixos quando comparadas com mães que não trabalham, sendo que, níveis elevados de ansiedade levam ao desenvolvimento de relações de vinculação do tipo inseguro/evitante.

Ainda relativamente a esta escala, de acordo com os resultados apresentados, o envolvimento do pai, que nos parecia inicialmente poder ter um papel regulador na ansiedade de separação materna, parece não ter também, qualquer influência neste construto. Parece então evidente que a ansiedade de separação materna está intimamente ligada a factores internos de cada mãe como a personalidade, sendo esta influenciada, tanto por factores genéticos como culturais e ainda por experiências prévias, percepção de auto-eficácia, e níveis de auto-estima.

Regressando ao *Envolvimento Parental: Actividades de cuidados e de socialização*, verificou-se de facto uma relação entre as habilitações literárias da mãe e o envolvimento do pai, podendo afirmar-se que quanto maiores as habilitações literárias da mãe, mais o pai se revela participativo/envolvido com a criança. Tal facto verifica-se quer na prestação de cuidados, tanto directos como indirectos, bem como em actividades de socialização, tanto disciplinares como em actividades de lazer no exterior.

Noutro estudo de Lee e Doherty (2007), semelhantes resultados foram encontrados. Estes autores concluíram que quanto mais altas as habilitações literárias e o número de horas que a mãe trabalha por semana, maior tendência terá o pai para passar mais tempo envolvido e/ou a interagir activamente com a criança. Isto poderá estar ligado precisamente com a percepção que o pai tem de que terá de partilhar as tarefas de cuidados à criança, já que a mãe tem também pouco tempo disponível. De

salientar no entanto que, neste caso, a satisfação marital teve um efeito moderador entre estas duas variáveis dependentes, habilitações literárias da mãe e envolvimento do pai.

De referir ainda, em relação à relação conjugal, a existência já referida de diferenças importantes entre homens e mulheres. O estudo de Belsky e Volling de 1987 sugeria que, enquanto que as mulheres que se revelavam insatisfeitas com a relação conjugal demonstravam um activo envolvimento com a criança, nos homens, este declínio levava a um desinvestimento no seu envolvimento como pais. A apoiar estes dados, outro estudo (mais recente) levado a cabo por Lee e Doherty (2007), parece indicar que, quanto mais satisfeito um homem se sente na relação conjugal, mais tempo passa com a criança, interagindo activamente com esta.

Relativamente às mães e à forma como estas conciliam trabalho e família, verificámos que quanto mais elevadas as suas habilitações literárias, mais constrangimentos/dificuldades sente. Provavelmente, mulheres com habilitações literárias mais elevadas, ocupam também cargos de maior relevo que exigem que esta dedique mais tempo à vida profissional, dedicando menos tempo ao seu bebé. Desta forma, estas mulheres não se sentem capazes de conciliar de forma equilibrada e prazerosa as duas vertentes da sua vida, profissional e familiar.

Por fim, no que diz respeito às experiências parentais, do ponto de vista materno, verificou-se que a idade do pai tinha influência na forma como estas percepcionavam as suas preocupações ou recompensas. Isto é, quanto mais velho seria o pai, maior a preocupação e menores as recompensas/benefícios percepcionados pela mãe. Não foram encontrados na literatura pesquisada elementos que suportassem ou refutassem este facto, talvez a idade esteja directamente associada à quantidade e grau de exigências que as mães esperam dos pais, que uma vez não correspondendo ao idealizado, ficariam assim “aquém” das expectativas de apoio e grau de envolvimento nas tarefas diárias.

Sabemos que qualquer decisão que parecia viável durante a gravidez e fase de planeamento e antecipação do futuro, apresenta-se difícil de concretizar no período pós-natal. Surgem então estratégias impulsivamente engendradas para enfrentar vidas profissionais (Stern et al., 2000). Por mais que se tente evitar ou adiar, o momento da separação e do retorno à “vida real” acaba por chegar, mais ou menos penoso conforme os casos, mas sempre difícil. Cada criança e sistema familiar são únicos e, como tal,

podem ter reacções, ou formas de ultrapassar certas dificuldades normais da vida quotidiana, diferentes e incomparáveis.

As mães que trabalham nem sempre têm ao seu alcance meios que lhes permitam edificar uma separação pró-activa. Em relação à colocação do seu filho em meios de qualidade, quando se deparam com alternativas inevitáveis que não correspondem ao seu ideal educativo, sentem-se impotentes perante uma realidade cruel que faz aumentar o “peso” da separação. Por outro lado, um aspecto do qual as mães não devem esquecer-se é que, ainda que desejem permanecer mais tempo junto do bebé (e junto do seu marido, de forma a conseguir ligar com a rotina diária sem necessitar de tanto apoio da parte deste), a melhor forma de o ajudarem (ajudando-se a si mesmas) é prepararem essa mudança de modo sereno, evitando transmitir-lhe insegurança e ansiedade. A separação de um filho nunca é fácil mas, saber separar-se e aceitar essa separação, poderá ser um importante indicador de desenvolvimento psíquico, bem como uma forma de crescer e uma aprendizagem enquanto pais. Assim, uma família serve para gerar o amor, promover a esperança, conter a tristeza e pensar (Meltzer, 1988; cit. por E. Sá, 2003). Tal como já foi referido anteriormente, se os pais representarem para a criança uma fonte de segurança e conforto, esta facilmente investirá em relações mais alargadas e explorará o mundo de uma forma mais activa e confiante.

No último século assistiu-se a um crescente acentuar do fenómeno da mulher e da sua implicação na sua carreira, apesar de, inúmeras vezes, se evidenciar uma série de dificuldades a nível da escassez dos cuidados de guarda (em termos de qualidade dos filhos), e de desigualdades no que respeita à partilha de tarefas domésticas ou até mesmo, das condições de salário e de trabalho a que algumas mulheres ainda se vão sujeitando. No caso da uma mulher mais orientada para a carreira profissional, o nascimento de uma criança pode facilmente gerar uma situação constrangedora. Neste caso, torna-se imperativo encontrar estratégias que permitam uma integração da identidade materna nesta igualmente dimensão vital da sua vida. Desta forma, o sucesso desta conciliação dependerá do tipo de soluções que cada mãe será capaz de encontrar, com vista a enfrentar o conflito inevitável entre o seu trabalho e a responsabilidade com o bebé (Stern, 2000). A culpabilidade materna, como refere Giampino (2004), “é tão mais presente quanto mais fortes forem as obrigações profissionais da mãe e mais pequenos forem os filhos”.

Apesar de idílico, o momento ideal, considerado por Stern (2000), para uma mãe regressar ao trabalho é aos dois anos do filho. Pela literatura existente, temos cada vez mais consciência da importância da presença da mãe junto do filho nos primeiros meses que se seguem ao seu nascimento, no entanto o nosso sistema social e político nem sempre o permite pelo que cada mãe se vê envolvida numa “luta” de forma a conseguir conciliar todas as dimensões da sua vida, da forma mais confortável possível. Saliente-se que ela permaneça fiel às suas capacidades e possibilidades e, seja qual for a decisão tomada, que seja honesta no confronto com o problema (Stern, 2000).

Para que o processo de separação ocorra, de modo a que a criança teça os seus laços com confiança básica (Bowlby, 1969), é necessário que a mãe também sinta que pode confiar em quem cuida do bebé. Esta circunstância irá-lhe-á permitir ajudar o recém-nascido a investir no novo espaço relacional de apego. O envolvimento dos progenitores (pai e mãe) é imprescindível e as oportunidades de partilha de experiências são únicas. Esta será a relação mais benéfica e gratificante para os envolvidos. Um relacionamento empático que se estabeleça com base na segurança e no conforto emocional proporcionado pela sintonia resultante da interacção de pais e adultos que cuidam da criança irá, inequivocamente, originar um ambiente de suporte afectivo em que a criança “aprende a ser íntima e empática e eventualmente a comunicar os seus sentimentos, reflectir sobre os seus próprios desejos e desenvolver os seus próprios relacionamentos com os seus iguais e com os adultos” (Brazelton e Greenspan, 2002).

Uma das dificuldades vividas pelas famílias de hoje é então a disponibilidade para conciliar trabalho e família de forma eficaz. Afirmo Brazelton (2005) que o “tempo de qualidade é a moda mais recente” e, ao contrário do que certos pais possam pensar, tal é passível de se concretizar. Por muito atribulado que tenha sido o ritmo diário, poderá sempre encontrar-se um momento que, mesmo sendo pequeno, permitirá uma proximidade carinhosa e útil entre pais e filhos, para que estes sejam capazes de sentir e, sobretudo, transmitir o amor que nutrem uns pelos outros. Brazelton (2005) recomenda assim aos pais que trabalham para guardarem energia e tempo de dedicação aos filhos no final do dia. No entanto, esta dedicação deverá ser idealmente um momento de convívio e de verdadeira entrega, em vez de uma passagem meramente presencial, apenas como forma de compensar uma ausência. Brazelton (2005) reafirma “este tipo de momento só surge quando os adultos e as crianças se encontram preparados para ele”, sendo que uns pais verdadeiramente empenhados nesta qualidade de relação

geralmente sentem que todas as dificuldades vividas até então, pelo caminho atribulado pelo qual se atravessa na tentativa constante de conciliar trabalho e família, são superadas com sucesso. “A maior das recompensas é quando os seus filhos crescem, tornando-se indivíduos equilibrados e felizes, que se identificam com ambas as facetas (dos pais) – o trabalhador e o educador” (Brazelton, 2005).

No que concerne à questão da implicação da mulher no meio profissional, permeiam ainda dificuldades comuns a muitas mães que não só querem, mas que também necessitam investir na sua profissão. Perante a crescente dificuldade em compatibilizar trabalho e maternidade, ressoam os alertas sobre determinadas ideologias que caracterizam os estereótipos acerca do que deveria ser a função da mulher, função esta que pouco se tem alterado ao longo dos últimos quarenta anos. No entanto, hoje sabemos que a questão da parentalidade envolve, naturalmente, os dois progenitores (neste caso pai e mãe enquanto casal que vive em união e partilha tarefas), e que o seu “trabalho” se torna cada vez mais uma “utopia”, pelo que não são capazes de assumir tantos papéis – pai/mãe enquanto prestador de cuidados básicos; educador presente, coerente e atento, também capaz de disponibilizar tempo para actividades de cariz lúdicos e proporcionar momentos de brincadeira e lazer; esposo(a) e (bom) profissional, porque ser profissional, isto é, exercer uma profissão com rigor não chega nos dias de hoje, há que fazer um esforço extra para se ser bem sucedido e lutar por um lugar de destaque em que haja reconhecimento. Outra questão que seria também pertinente abordar, neste contexto, é a influência e a força que o trabalho/carreira bem sucedida, ou mal, exerce na disposição dos progenitores, e no seu bem-estar psicológico, nas restantes dimensões da sua vida.

Parece então urgente canalizar todos os nossos recursos, no sentido de providenciar todas as circunstâncias necessárias para que as famílias da actualidade subsistam e alterem a sua forma de funcionamento (como a noção de bem comum, de diálogo e de partilha), de forma a que nenhuma das partes integrantes do seio familiar seja afectada de forma prejudicial.

Torna-se então inútil o constante debate acerca do que deverá fazer parte das “obrigações” de uma mãe ou de um pai, pelo que o ideal será então o reconhecimento das duas partes de que a divisão de tarefas deve ser partilhada da forma mais equilibrada possível, bem como adaptada às necessidades do dia-a-dia, evitando, assim, eventuais

ensões ou desentendimentos prejudiciais aos, já por si, escassos momentos de qualidade em família.

Dada a evidente alteração de mentalidades e bom senso dos mesmos, os pais deverão também gradualmente assumir, da forma mais espontânea possível, algumas das funções inerentes ao papel parental, não descurando ainda a sua vida profissional e amorosa.

Torna-se então importante, como parte final da conclusão deste trabalho, enunciar alguns aspectos que poderão vir a ser objecto de estudo num futuro próximo.

Sugerimos uma nova abordagem que se pronuncie de forma mais vincada quanto à influência da participação do pai e da sua perspectiva, na mudança de mentalidade das crianças. Tendo em consideração que as crianças representam o nosso futuro e a esperança numa mudança radical de mentalidades, seria importante perceber de que forma as atitudes, vivências e ensinamentos do pai, podem ou não influenciar os comportamentos e a maneira como os filhos veem a parentalidade e a diversidade de papéis que as famílias devem assumir.

Sugerimos também, pelos dados já anteriormente apresentados, uma análise mas profunda da ansiedade de separação materna associada aos modelos internos da própria mãe, uma vez que se tornou evidente que as diferenças individuais na ansiedade de separação são determinadas por factores múltiplos e com associação directa às características da própria mãe. Este estudo poderá ainda ser extensivo às características das crianças, uma vez que já há alguns estudos que também confirmam a existência de correlação positiva entre o temperamento e personalidade destas, e a ansiedade materna. Esta investigação de características da própria criança e atributos da personalidade da mãe será importante como forma de promover um equilíbrio crucial entre a separação e a proximidade entre mãe-bebé, proporcionando um desenvolvimento saudável entre ambos, e para ambos. À luz do que já foi mencionado, isto significará uma optimização no desenvolvimento psicossocial da criança, que se tornará capaz de se identificar enquanto ser autónomo e equilibrado. O mesmo é viável para a mãe, que através da adopção de uma postura menos intrusiva e naturalmente livre de “culpa”, irá ser capaz de recomeçar uma nova etapa, marcada unicamente pela plenitude associada ao assistir do crescimento harmonioso do seu filho. Tendo a consciência de que fez o melhor que podia manipulando os recursos que tinha, esta cumprirá não só as suas tarefas de mãe,

mas visionará um novo espaço para investir livremente em si própria e na sua vida profissional, sabendo que não delegou de forma alguma para segundo plano o seu, tão especial, “papel” de Mãe.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of Attachment: A Psychological Study of the Strange Situation*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- Belsky, J., Youngblade, L., Rovine, M., and Volling, B. (1991). "Patterns of marital change and parent-child interaction," *Journal of Marriage and the Family*. Vol. 53, 487-498
- Brazelton, T. & Greenspan, S. (2002). *As Necessidades Essenciais das Crianças: o que Toda Criança Precisa para Crescer, Aprender e se Desenvolver*. Porto Alegre: Artmed.
- Brazelton, T. B. (2005). *A Maternidade e a Vida Profissional*. Lisboa: Presença.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss. Volume I. Attachment*. N. Y.: Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss. Volume II. Separation: Anxiety and Anger*. N. Y.: Basic Books.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss. Volume III. Separation: Loss*. N. Y.: Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A Secure Base*. N.Y.: Basic Books.
- DeMeis, D., McBride, S., & Hock, E. (1986). The Balance of Employment and Motherhood: Longitudinal Study of Mothers' Feelings About Separation From Their First-Born Infants. *Development Psychology*, 22(5), 627-632.
- Egeren, L.A.V. (2004). The development of coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25, 453-477.

- Elek, S.M.; Hudson, D.B. e Bouffard, C. (2003). Marital and parenting satisfaction and infant care self-efficacy during the transition to parenthood: the effect of infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 45-57.
- Feldman, R. (2000). Parents` convergence on sharing and marital satisfaction, father involvement and parent-child relationship at the transition to parenthood. *Infant Health Journal*, 21, 176-191.
- Fonagy, P., Target, M. (1997). Attachment and reflective function: their role in self-organization. *Dev. Psychopathology*. 9, 679-700
- Giampino, S.(2004). *As mães que trabalham são culpadas?* Porto: Âmbar
- Glabe, A.C.; Bean, R.A. e Vira, R. (2005). A prime time for marital/relational intervention: A review of the transition to parenthood literature with treatment recommendations. *The American Journal of Family Therapy*, 33, 319-336.
- Guedeney, N., Guedeney, A. (2004). *Vinculação: Conceitos e Aplicações*.
- Hock, E., Gnezda, M. T. & McBride, S. (1984). Mothers of Infants: attitudes toward employment and motherhood following birth of the first child. *Journal of Marriage and the Family*, 425-431.
- Hock, E., Morgan, K. C. & Hock, M. D. (1985). Employment Decisions made by Mothers of Infants. *Psychology of Woman Quaterly* 9 (3) 383-402.
- Hock, E., McBride, S., Gnezda M. T. (1989). Maternal Separation Anxiety: Mother-Infant Separation from the Maternal Perspective. *Child Development*, 60, 793-802
- Hock, E. & DeMeis, D. (1990). Depression in mothers of infants: the role of maternal employment. *Development Psychology*, 26 (2), 285-291)

- Hudson, D.; Elek, S. e Flek, M. (2001). First-time mothers' and fathers' transition to parenthood: infant care self-efficacy, parenting satisfaction, and infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 24, 31-43.
- Kobak, R., Cassidy, J. Lyons-Ruth, K., & Ziv, Y. (2006) Attachment, Stress, and Psychology: A Developmental Pathways Model. In D.Cicchetti & D.J. Cohen (Eds), (2006). *Developmental psychopathology. Volume 1. Theory and Methods* (2nd Ed.) New York: John Wiley & Sons.
- Lebovici, S. (1996). La transmission intergénérationnelle ou quelques considérations sur l'utilité de l'étude de l'arbre de vie dans les consultations thérapeutiques parents/bébé. In M. Dugnat (Org.), *Troubles relationnels père-mère/bébé: quels soins?* (pp. 19-28). Ramonville St Agne: Érès.
- Martins, CA. (2008) Transição para a Parentalidade. Programa de Doutoramento em Enfermagem. Revisão Sistemática da Literatura. Unversidade de Lisboa.
- Martins, C., Martins, E., Mateus, V., Osório, A. & Fonseca, M. (2010). Escala Conciliar Trabalho e Família. Manuscrito não publicado. Universidade do Minho
- McBride, S. & Belsky, J. (1988). Characteristics, Determinants, and Consequences of Maternal Separation Anxiety. *Development Psychology* vol. 24 (3) 407-414.
- Moller, K.; Hwang, C.P. e Wickberg, B. (2008). Couple relationship and transition to parenthood: Does workload at home matter?. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 26, 57-68.
- Sá, E. (2003). *Psicologia dos Pais e do Brincar*. Lisboa: Fim de século.
- Schaffer, R. (1977). *Mothering*. Cambridge: Harvard Univ. Press.

- Schumacher, K.L. e Meleis, A.I. (1994). Transitions: A central concept in nursing. *Image: Journal of Nursing Scholarship*, 26, 119-127.
- Stern, D. (1995). *The Motherhood Constellation*. Nova York. Basic Books
- Stern, D. N., Bruchweiller-Stern N. & Freeland A., (2000). *O nascimento de uma mãe*. Como a Experiência de Maternidade Transforma uma Mulher. Porto: Âmbar.
- Stifter, C., Coulehan, C., & Fish, M. (1993). Linking Employment to Attachment: The Mediating Effects of Maternal Separation Anxiety and Interactive Behavior. *Child Development*, 64.
- Veríssimo, M., Alves, S., Monteiro, L., Oliveira, C. (2003) Ansiedade de separação materna e adaptação psicossocial ao pré-escolar. *Psicologia, saúde e doenças*, 4 (2), 221-229.
- Veríssimo, M., Monteiro, L., Santos, A. J. & Oliveira, C. (2008). Avaliação Psicológica: Formas e Contextos. Escala de Ansiedade Materna de Separação. UIPCDE, ISPA, Portugal.
- Winnicott, D. W. (1996). “Os bebés e suas mães”. São Paulo, SP, Ed. Martins Fontes.